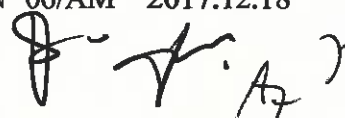




ATA
N.º 06/2017
SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE

Realizada em
18 de dezembro de 2017



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2017:** _____

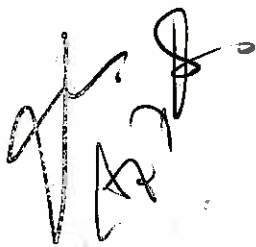
---Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezassete, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de José Agostinho Veloso da Silva, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal. -----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, Paulo Fernando Alves Marques e Jaqueline Casado Afonso Areias. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

Manuel Albino Penteado Neiva,
Sandra Nair Teixeira de Sá Bernardino,
Tito Alfredo Evangelista e Sá,
António José Pereira Morgado,
Maria Alexandra Campos Esteves Faria de Vilar,
Manuel Miranda Losa,
Fernando Manuel da Silva Carvalho,
Anabela Solinho Martins,
Manuel Fernando Lima de Meira Torres,
Maria Goreti Cardoso Lima,
Carlos Jorge Vicente Capitão, em substituição de Teresa Clara Lafuente Nunes,
Manuel José Cepa Pires Carneiro,
Baltasar Almeida Costa,
José Manuel Cruz Silva,
Marlene da Silva Rolo, em substituição de José Maria Losa Esteves,
Elisabete Ferreira Martins Santos,
Tânia Sofia Lima Mota,
João Eduardo Pinto Felgueiras,
Manuel José Sampaio Viana,
Manuel António Lima Torres Ribeiro,
Eduardo Oliveira Maia,
Mário Pires de Boaventura,
Luís António Sequeira Peixoto,
Manuel Eiras Martins de Abreu,
Aurélio Mariz Neiva,
Carlos Veiga Escrivães e
Mário Ferreira Fernandes.

---Sendo 21 horas e 15 minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, António Benjamim da Costa Pereira, em representação desta, bem como dos Vereadores:



Alexandra Suzana Abreu de Faria Carvalho Roeger,
António Sérgio Moreira Mano,
Fernando João Couto e Cepa,
Maria Angélica Barros Tomé da Cruz,
Mário Rui Pereira Ferreira Neiva Losa e
António Manuel da Cruz Azevedo Abreu.

O Presidente da Mesa deu conhecimento aos presentes, da tomada de posse por parte do Presidente da Junta de Forjães, Manuel António Lima Torres Ribeiro, eleito e que ainda não tinha tomado posse. Mais informou dos pedidos de substituição apresentados pelo Deputado Municipal José Maria Losa Esteves e de substituição com suspensão do mandato por um período de 180 dias, apresentado pela Deputada Municipal Teresa Clara Lafuente Nunes, por motivo de doença.

Mais informou, que nos termos do Regimento da Assembleia Municipal em vigor, era necessário que o pedido de suspensão fosse apreciado pelo órgão, pelo que perguntou se alguém se opunha a esse pedido de suspensão, não se tendo verificado nenhuma oposição, informou que a Mesa já tinha dado posse ao membro substituto da lista, Senhor Carlos Jorge Vicente Capitão.-----

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

01.01 – APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2017 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia catorze de setembro de 2017 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos:-----

Colocado o assunto à discussão:

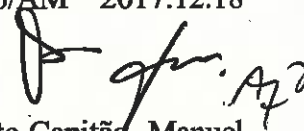
Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Sandra Bernardino para questionar relativamente à ata, porque é que havia pessoas que eram tratadas pelo título académico e outras não.-----

O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que essa não era a regra utilizada, mas podia ficar definido retirar os títulos, embora quem os tem os possa utilizar, mas é uma temática que, no âmbito do Regimento poderão ficar definidas regras.-----

Colocado o assunto à votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2017.-----

Por não terem estado presentes, ou por não fazerem parte do órgão à data da realização da sessão e conforme declararam, abstiveram-se os membros da Assembleia Municipal, Manuel Albino Penteado Neiva, Sandra Nair Teixeira de Sá Bernardino, Tito Alfredo Evangelista e Sá,



António José Pereira Morgado, Manuel Miranda Losa, Carlos Jorge Vicente Capitão, Manuel José Cepa Pires Carneiro, Marlene da Silva Rolo, Elisabete Ferreira Martins Santos, Tânia Sofia Lima Mota, João Eduardo Pinto Felgueiras, Aurélio Mariz Neiva, Fernando Manuel da Silva Carvalho, Baltasar Almeida Costa, José Manuel Cruz Silva, Manuel José Sampaio Viana, Manuel Eiras Martins de Abreu e Mário Ferreira Fernandes.-----

01.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO. -----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, tendo neste momento referido que a mesma foi distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal. Mais informou que participou no Congresso da Associação Nacional dos Municípios e esteve presente como Presidente da Assembleia, numa Reunião do Conselho Estratégico do PNLN, em representação da Assembleia Municipal, da qual posteriormente enviará documentação sobre essa reunião.-----

Pediu a palavra o Presidente da Junta da União de Freguesias de Apúlia e Fão, Luis Peixoto, para partilhar a sua preocupação a respeito de uma pergunta colocada pelo PCP, sobre a Unidade de Saúde Esposende Barcelos, preocupação que o PS acompanha já desde fevereiro e agora no início de novembro, a sua preocupação estava voltada para os utentes sem médico de família e o comportamento do pessoal do serviço que estava a tentar encaminhar os utentes para outras unidades de saúde. Preocupava-lhes a intenção que têm de fechar o polo de Apúlia, pois gostariam que se transformasse numa unidade de saúde familiar, embora não haja orientações nesse sentido, contudo na resposta que lhes deram, não há vontade específica por parte dos profissionais de saúde daquela unidade, em continuar lá.-----

De seguida deram entrada na Mesa pedidos de constituição de 3 Grupos Políticos. Um do grupo Político do PSD, cujo líder, ou Presidente do Grupo Político é o Deputado Municipal Penteado Neiva e Vice-Presidente o Deputado Municipal António Morgado, outro do Grupo Político JUNTOS PELA NOSSA TERRA em que o Presidente do Grupo Político é a Deputada Municipal Sandra Bernardino, o 1º Vice-Presidente é o Deputado Municipal Manuel Losa e o 2º Vice-Presidente o Deputado Municipal João Felgueiras e por último do Grupo Político do PS em que o Presidente do Grupo Político é o Deputado Municipal Tito Evangelista.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

01.03. – INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA. -----

Interveio o Sr. Deputado Municipal, Albino Penteado Neiva, do Grupo Político do PPD/PSD, apresentando um voto de louvor ao munícipe Dr. Hernâni Zão Oliveira, pela conquista do primeiro lugar no concurso internacional “Astellas Oncology C3 Prize, com o seguinte teor:

“Estudante do Doutoramento da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, com 29 anos, natural de Esposende, o Dr. Hernâni Zão Oliveira recebeu, recentemente, dia 13 de Novembro, na cidade do México, na conferência anual da União Internacional para o Controlo do Cancro, a World Cancer Leaders’ Summit, o primeiro prémio num Concurso

Internacional vocacionado para a área dos doentes oncológicos, fruto do seu trabalho em Oncologia no Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, e no IPO, do Porto.

O seu trabalho de investigação, iniciado em 2013, do qual resultou um Videojogo para crianças com cancro – o Hope – vem na sequência de anteriores trabalhos por si realizados nomeadamente um Laboratório para a Literacia em Saúde e criação de uma startup nesta mesma área, que mereceram, então, rasgados elogios nos importantes concursos “The Next Big Idea” e no “Prémio Nacional de Industrias Criativas”. Mais recentemente foi a multinacional Astellas Pharma quem se interessou por este projecto e o guindou como finalista para a segunda edição do Astellas Oncology C3 Prize, entre 160 projectos apresentados a concurso.

O jovem investigador é Licenciado em Biologia e Ciências de Comunicação, Mestre em Oncologia e, como já se disse, Doutorando em Média Digitais na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Pela forma como este jovem Investigador tem dirigido o seu saber e ciência para áreas tão sensíveis da saúde humana; pela honra que dá ao seu município e ao país;

Propomos que esta Assembleia Municipal, reunida hoje dia 18 de Novembro de 2017, e ao abrigo da alínea b) do Artigo 23.º do seu Regimento, vote e aprove um VOTO DE LOUVOR ao jovem Investigador Dr.º Hernâni Zão de Oliveira.”

De seguida pelo Sr. Deputado Municipal, foi apresentada a intervenção política que se transcreve:

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Começo por saudar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Agostinho Silva, e, na sua pessoa, todos os Deputados eleitos para este Órgão.

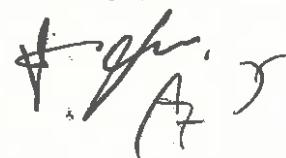
Saúdo igualmente o Sr. Presidente da Câmara Municipal, e, na sua pessoa, todos os Vereadores que integram o Executivo Municipal.

No passado dia 1 de Outubro os Esposendenses foram chamados a eleições para sufragar quatro anos de mandato e escolher, naturalmente, uma equipa que confiavam para conduzir os destinos deste concelho.

Não é demais referir que tudo decorreu com o maior civismo, sem sobressaltos de maior, tendo o PSD obtido uma votação histórica de 60,4 % dos votos expressos o que resultou, pela primeira vez, na eleição de seis vereadores.

Traduzem estes resultados, uma clara e inequívoca vontade dos esposendenses em ter vossa Ex.a Senhor Presidente da Câmara, a liderar, pelo menos por mais 4 anos os destinos do nosso concelho, sufragaram as suas propostas e, certamente, premiaram-no pelas opções tomadas ao longo dos últimos quatro anos.

Senhor Presidente da Câmara estes excelentes resultados certamente que o encorajam mas, creia que também lhe dão maiores responsabilidades e todos nós estaremos aqui para o apoiar na prossecução dos seus objectivos e ajudá-lo a trazer mais progresso e desenvolvimento para o nosso concelho.



Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende
Senhor Presidente da Câmara
Senhoras e Senhores Vereadores
Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Já aqui falamos a devido tempo do flagelo dos incêndios que assolaram o País em inícios de Verão tendo esta Assembleia aprovado um Voto de Pesar pelo falecimento de dezenas de pessoas. Hoje voltamos a este assunto e renovamos esse pesar por mais vítimas, por mais destruição, por mais incêndios, lamentado, naturalmente o desnorte de muitos responsáveis que de uma para outra tragédia não colheram quaisquer ensinamentos. Aproveitamos para agradecer a muitos cidadãos de Esposende, empresas e Instituições que, de mãos dadas, souberam ser solidários para com as populações atingidas nos incêndios de Vouzela, Oliveira do Hospital, Arganil e Tábua. Este nosso agradecimento e julgo estar a corresponder à vontade de toda esta Assembleia, poderá ser personificado na pessoa da Dra. Sílvia Cruz, grande dinamizadora desta campanha.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende
Senhor Presidente da Câmara

É meu timbre, sempre que aqui intervenho politicamente, falar, também, da política nacional. Muito haveria para dizer mas vou limitar-me, sobretudo ao Orçamento de Estado e às questões do Poder local. Estranhamos a razão do governo socialista continuar a não aplicar a Lei das Finanças Locais na repartição de recursos públicos entre o Estado e as próprias Autarquias Locais, não ter tido a coragem de alterar o IVA para 6% no tocante à iluminação pública e às próprias refeições escolares, o continuar a repartir com os municípios a verba arrecadada com o Imposto Único de Circulação ou mesmo o não ter eliminado de uma vez com o famigerado FAM – Fundo de Apoio Municipal. Estas são, sem dúvida, algumas, entre muitas, das nossas preocupações e da forma como o governo socialista olha para o poder local.

A nível concelhio temos motivos para nos regozijarmos com a acção do Executivo, basta para isso ler, com atenção, a Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, e ouvir as notícias sobre jovens que se destacam a nível nacional e cito, a título de exemplo, Bernardo Losa da Intersped team que se sagrou Campeão Nacional de Atrelagem 2017 e tantos outros atletas já homenageados da Gala Desportiva que há dias se realizou nesta cidade.

Mas, Senhor Presidente da Câmara, também temos algumas preocupações, entre as quais destaco o problema gravíssimo do mau estado da Barra de Esposende, a destruição da restinga e, naturalmente, os perigos para os pescadores e para as populações que vivem na área ribeirinha. Sabemos, e ainda bem, que a Câmara Municipal elaborou e já apresentou um Plano de Contingência para o Galgamentos Costeiros por forma a prevenir situações de risco e definir procedimentos de protecção de pessoas e bens.

Senhor Presidente

Estou à vontade para trazer aqui este problema porque fui um dos que nunca acreditou na solução dos geocilindros e disse, na altura, que não durariam mais de um inverno. É pena que as nossas entidades públicas – responsáveis por colocar no terreno estes projectos –

continuem a não querer falar, ouvir, e ler estudos já efectuados ao longo de muitos anos e que apresentavam soluções interessantes e bem fundamentadas que certamente poriam cobro ao assoreamento contínuo do nosso estuário. Estudem a viabilidade de repor a chamada eclusa de varredura e, certamente, terão algumas surpresas agradáveis.”-----

De seguida, interveio o Sr. Deputado Municipal, Cepa Carneiro, do Grupo Político do PCP, apresentando a Recomendação que se transcreve:

***“Exmo Sr Presidente da Assembleia Municipal,
Exmos Senhores membros da Assembleia Municipal,
Exmo Sr Presidente da Câmara Municipal e restantes elementos do executivo municipal,
Minhas senhoras e meus senhores,***

1 - RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA A REPOSIÇÃO DA FREGUESIA DE MAR:

Durante a vigência do Governo PSD/CDS-PP foi criada e aplicada a Reorganização Administrativa do território (Lei nº22 /05/2012).

Como consequência, as 15 freguesias do Concelho ficaram ordenadas segundo o modelo actualmente em vigor:

- Esposende, Marinhas e Gandra;*
- Fão e Apúlia;*
- Fonte Boa e Rio Tinto;*
- Palmeira de Faro e Curvos;*
- Belinho e Mar;*

- As restantes (Gemeses, Antas, Forjães e Vila Chã) mantiveram-se como estavam até aí.

Se para uns foi pacífica esta agregação, outras houve que manifestaram o seu descontentamento, nomeadamente as freguesias de Fão e Mar, como se pode confirmar através das atas das respectivas assembleias de freguesia.

Ora, o resultado das últimas eleições autárquicas do passado dia 01/10/2017 mostraram claramente a vontade da reposição do ordenamento anterior, pelo menos na freguesia de Mar, tal como se pode verificar pela votação na lista candidata pelo MPT (este foi o modo encontrado para ultrapassar os constrangimentos inerentes às candidaturas independentes).

É realmente a vontade da maioria dos habitantes de Mar (entre os quais me incluo) de repor e gerir a sua freguesia, o que é absolutamente legítimo e nada revela contra a freguesia de Belinho, com quem aliás são mantidas as melhores relações de vizinhança e amizade.

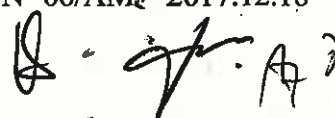
A Freguesia de Belinho nada fez para “anexar” a freguesia de Mar. Tal foi-lhe imposto pelo Poder Central e facilitado pelo executivo local então vigente e, com certeza, na situação inversa tudo faria para repor a sua freguesia.

Recordo que a Freguesia de Mar foi fundadora do Concelho de Esposende e que os “pretensos” intuitos do Governo saíram gorados, como foi constatado a posteriori.

Os habitantes de Mar nunca pediram uma nova sede da junta da freguesia, nem estavam nem estão habituados ao seu funcionamento regular.

O edifício foi construído numa zona reservada, no projecto inicial da Bouça Grande, para área de lazer e apenas a insistência do “Tio Abílio” determinou a legitimação dessa obra.

Também os pressupostos do Governo de então não surtiram efeito porque enquanto a grande



maioria da população sofria as consequências da sua política de “cortes e de poupança para salvar a Pátria”, outros – uma pequena minoria – beneficiava de benefícios fiscais, de apagões informáticos e do desaparecimento de milhares de milhões de Euros.
A maioria da população de Mar confia nos seus representantes.

Sr Presidente,

Os elementos mais representativos da lista vencedora querem alterar esta agregação e pretendem fazer uma petição.

Embora todos saibam que esta alteração não depende do executivo municipal, é seu dever acompanhar as pretensões dos seus munícipes insatisfeitos e, neste sentido, solicitamos o empenho da Câmara Municipal e dos diferentes departamentos municipais para este efeito.

Assim, a Assembleia Municipal de Esposende, reunida em 18/12/2017, recomenda à Câmara Municipal:

1 – O agendamento, com a maior brevidade possível, de uma reunião com uma delegação promotora da reposição da freguesia de Mar e, eventualmente, com outros movimentos que pretendam a reposição das suas freguesias;

2 – A disponibilização de todos os meios necessários para desencadear o processo de reposição da Freguesia de Mar e, obviamente, de outros movimentos com iguais pretensões.

2 - RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA A CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE:

A Lei n.º 8/2009, de 18 de Fevereiro, nas suas versões atualizadas, configura o regime jurídico dos conselhos municipais de juventude.

Trata-se de um órgão consultivo do município sobre matérias relacionadas com a política de juventude.

Os conselhos municipais de juventude prosseguem os seguintes fins:

- a) Colaborar na definição e execução das políticas municipais de juventude, assegurando a sua articulação e coordenação com outras políticas sectoriais, nomeadamente nas áreas do emprego e formação profissional, habitação, educação e ensino superior, cultura, desporto, saúde e acção social;*
- b) Assegurar a audição e representação das entidades públicas e privadas que, no âmbito municipal, prosseguem atribuições relativas à juventude;*
- c) Contribuir para o aprofundamento do conhecimento dos indicadores económicos, sociais e culturais relativos à juventude;*
- d) Promover a discussão das matérias relativas às aspirações e necessidades da população jovem residente no município respectivo;*
- e) Promover a divulgação de trabalhos de investigação relativos à juventude;*
- f) Promover iniciativas sobre a juventude a nível local;*
- g) Colaborar com os órgãos do município no exercício das competências destes relacionados com a juventude;*
- h) Incentivar e apoiar a actividade associativa juvenil, assegurando a sua representação junto dos órgãos autárquicos, bem como junto de outras entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras;*
- i) Promover a colaboração entre as associações juvenis no seu âmbito de actuação.*

Apesar da elevada importância dos conselhos municipais de juventude, nunca, no nosso

concelho foi criado este órgão.

O que, ao longo dos anos, tem configurado uma clara violação da Lei.

Assim, torna-se necessário e urgente sanar esta lamentável situação.

Por isso, a Assembleia Municipal de Esposende, reunida em 18/12/2017, recomenda à Câmara Municipal que, no arranque deste mandato autárquico, proceda, em estreita articulação com esta Assembleia, à constituição do Conselho Municipal da Juventude, à semelhança do que acontece em grande parte das autarquias deste País.

De seguida pelo Sr. Deputado Municipal, foi apresentada a intervenção política que se transcreve:

“Pedido de Informação

1 – Para quando o início das obras na Escola Secundária Henrique Medina?

2 – Existirá representação autárquica (desta Assembleia Municipal) na CPCJ (Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em risco)?

Finalmente,

Sr. Presidente, no último mandato, todos os grupos políticos da Assembleia Municipal de Esposende aprovaram uma recomendação à Câmara Municipal para que, atentas as atribuições deste município e as competências do executivo municipal atinentes à prevenção do ruído e ao controlo da poluição sonora, visando a salvaguarda da saúde humana e o bem-estar das populações, com a máxima urgência, iniciasse o procedimento administrativo tendente à elaboração do Regulamento Municipal do Ruído, devendo a conceção deste Regulamento contemplar um capítulo específico relativo a zonas mais sensíveis do concelho onde pontificam espaços de diversão noturna (bares e discotecas). Volvidos vários meses sobre a aprovação da dita recomendação, pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se já foram iniciados os trabalhos tendentes à elaboração do Regulamento Municipal do Ruído e, em caso afirmativo, que procedimentos foram efectuados?”-----

De seguida, interveio a Sr.^a Deputada Municipal, Tânia Mota, do Grupo Político do CDS-PP, apresentando a Declaração que se transcreve:

“Apresento os meus cumprimentos

Ao Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal;

Ao Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal;

Aos Ex.mos Senhores Vereadores e Vereadoras da Câmara Municipal;

Aos Ex.mos Senhores e Senhoras Deputados Municipais e a todos os demais presentes;

Nesta que é a primeira sessão de trabalhos propriamente ditos após a instalação da AM, cumpre-me formular e endereçar votos de bom e profícuo trabalho quer ao executivo municipal quer a todos os membros desta assembleia municipal.

Formulo votos de que sejam todas as sessões verdadeiras reuniões de trabalho com enfoque na preocupação pelas questões substanciais para o bem do nosso concelho e de todos quantos



cá residem e nos visitam.

Formulo votos de que todas as propostas a serem analisadas o sejam com enfoque pelo bem do concelho e não com enfoque em questões meramente políticas. Isto para dizer, que faço votos de que, independentemente de quem seja o promotor ou apresentante das propostas, as mesmas sejam votadas tendo em consideração o bom desenvolvimento do concelho e já não o eventual interesse de que sejam aprovadas ou rejeitadas consoante a bancada que as apresentar à apreciação.

Isto dito, consideramos ser essencial uma reflexão em torno do funcionamento da Assembleia Municipal de Esposende, motivo pelo qual, apresentamos duas propostas e duas recomendações a esse respeito:

1 - PROPOSTA PARA A CRIAÇÃO DE ASSENTO NAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA OS ÓRGÃOS DA COMUNICAÇÃO SOCIAL:

Considerando ser pacífico entre todos os membros desta assembleia ser essencial impulsionar o acesso e participação de forma direta ou indireta nas sessões da Assembleia Municipal;

Considerando que as reuniões desta Assembleia são públicas tendo por inspiração, entre outros, o princípio da transparência;

Considerando que a população do nosso concelho deve ter condições para acompanhar e avaliar os trabalhos desta Assembleia Municipal;

A Assembleia Municipal de Esposende, reunida no dia 18 de Dezembro de 2017, delibera a criação de assento próprio para os órgãos locais da comunicação social.

Mais delibera sejam criadas condições que possibilitem o registo pela comunicação social de som e áudio das sessões da AM com transmissão em direto ou em diferido.

2 - RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA A DIVULGAÇÃO DE ENDEREÇO DE CORREIO ELETRÓNICO DE CADA UM DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

Tendo em vista a aproximação dos cidadãos do concelho de Esposende ao órgão deliberativo Assembleia Municipal e a cada um dos membros desta assembleia, a AM de Esposende, reunida no dia 18 de Dezembro de 2017, delibera recomendar à Câmara Municipal a divulgação e disponibilização dos endereços de correio eletrónico de cada um dos membros da Assembleia Municipal na página da internet do município.

3 - RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA A DOTAÇÃO DE UMA EXTENSÃO DO SERVIÇO DE INTERNET (WI-FI) NO FÓRUM MUNICIPAL RODRIGUES SAMPAIO:

Considerando ser essencial a consulta in loco pelos membros desta assembleia de documentação atinente aos trabalhos a desenvolver nas sessões da AM;

Considerando não ser possível a entrega da documentação atinente aos trabalhos a desenvolver em cada uma das sessões a cada um dos membros desta Assembleia;

Considerando estarmos perante uma medida cujo custo será residual ou mesmo inexistente;

A AM de Esposende, reunida no dia 18 de Dezembro de 2017, delibera recomendar à Câmara Municipal a dotação do Fórum Municipal Rodrigues Sampaio com serviço de internet.

4 - PROPOSTA PARA A CONSTITUIÇÃO DE UMA COMISSÃO PARA PROCEDER AO ESTUDO E ANÁLISE DO IMPACTO DAS INTERVENÇÕES JÁ REALIZADAS E A REALIZAR, COM APRESENTAÇÃO DE SOLUÇÕES ATINENTES À SEGURANÇA, NAVEGABILIDADE E ECONOMIA DA ORLA COSTEIRA, DO RIO CÁVADO E ESTABILIZAÇÃO DA RESTINGA:

De acordo com o artigo 26º do Regimento da Assembleia Municipal de Esposende, «A Assembleia Municipal pode deliberar constituir comissões eventuais, delegações ou grupos de trabalho, para estudo dos problemas relacionados com toda a actividade da autarquia e os respectivos resultados, sempre que assim o deliberar, no quadro das competências da assembleia e no respeito do princípio da independência dos órgãos das autarquias locais.

A proposta da sua constituição pode ser exercida pela mesa da Assembleia, pela comissão permanente e pelos líderes dos grupos municipais ou por quem seja membro da assembleia como independente.

Compete às comissões apreciar e acompanhar os assuntos objecto da sua constituição e todos os que lhe forem encaminhados pelo presidente da Assembleia Municipal, apresentando os respectivos relatórios e pareceres nos prazos que lhes forem fixados, sem prejuízo da prorrogação desses prazos.

Ao Presidente da Câmara compete, como dever de cooperação, no âmbito legal assegurar que toda a informação, sem omissões, solicitada no âmbito das competências da acção fiscalizadora das comissões eventuais deva ser entregue pelas administrações ou pelo pessoal dirigente.»

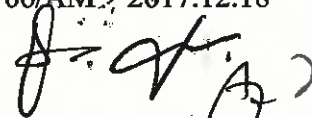
Considerando que atento o disposto no artigo 27º do Regimento da AM de Esposende, a composição das comissões, delegações ou grupos de trabalho é fixada pela Assembleia Municipal ou, em casos excepcionais, pela comissão permanente;

Considerando a preocupação do município de Esposende, materializada nas palavras do Exmo. Senhor Presidente da Câmara, que passamos a citar: «O que pretendemos é a estabilização do sistema dunar que forma a restinga, assim como, as condições de navegabilidade no rio e na barra em particular que colocam em perigo todos aqueles que nele navegam» «No momento e condições actuais da restinga acresce assegurar a defesa da população e seus bens nesta zona mais exposta à acção do mar»;

Considerando também que, tanto quanto veio a público, a autarquia está disposta a disponibilizar recursos próprios para patrocinar o avanço imediato de uma solução com carácter definitivo e que promoveu a criação de um grupo de trabalho para a análise das questões que acabamos de identificar;

Assim, a AM de Esposende, reunida no dia 18 de Dezembro de 2017, delibera a criação de um grupo de trabalho composto por membros da Assembleia Municipal, técnicos especializados e demais entidades públicas ou privadas com competência especializada, a serem selecionados e indicados pela Assembleia Municipal, para proceder ao estudo e análise do impacto das intervenções já realizadas e a realizar, com apresentação de soluções atinentes à segurança, navegabilidade e economia da orla costeira, do rio Cávado e estabilização da restinga.»-----

Pela Sr.ª Deputada Municipal, Tânia Mota, do Grupo Político do CDS-PP, foi ainda demonstrada a intenção de apresentar uma Proposta de Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal, tendo sido informada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal que o



Regimento em vigor tinha sido aprovado no último mandato e não tinha havido alterações Legislativas, pelo que, os Senhores Deputados que quisessem enviar propostas de alteração à Mesa, seriam as mesmas analisadas e seria elaborado um projeto de alteração ao Regimento que a Mesa traria a votação do Plenário.

De seguida, interveio o Sr. Deputado Municipal, Tito Evangelista, do Grupo Político do PS, apresentando a Declaração que se transcreve:

***“Muito boa noite,
Sr Presidente da Mesa,
Senhores membros da Mesa,
Sr Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores,
Senhores Deputados Municipais,
Municípios aqui presentes,***

Vou tentar ser o mais sucinto possível e começaria por felicitar o Senhor Presidente da Câmara e a maioria do PSD pela vitória eleitoral que teve, o que lhe dá como o Senhor Presidente da Câmara disse na Tomada de Posse, especiais deveres, porque não tem desculpas, e eu cá estarei para lhe lembrar isso todas as sessões e todos os dias, que o Senhor desta vez tem todos os meios para fazer tudo, tudo, tudo, o que deve, pelo futuro e pelo desenvolvimento deste Concelho.

Depois, há uma questão em que eu acho que nos devemos centrar todos que é, a questão do desenvolvimento do Concelho. Esposende necessita, acho que é unânime, de um desenvolvimento acrescido, não só, atendendo ao desenvolvimento do País, mas também dos concelhos vizinhos e da região em que nos encontramos.

Nós temos que reforçar o nosso desenvolvimento e para isso acontecer, eu julgo que é importante uma desmunicipalização da sociedade civil. A sociedade civil em Esposende está municipalizada nas últimas décadas, e isso é um entrave ao desenvolvimento do Concelho.

Depois, há uma questão que eu gostava de colocar e que tem a ver com os 25 anos do PDM, do Concelho de Esposende.

No próximo ano, faz 25 anos que o PDM foi aprovado e esse PDM, no fundo consubstanciava as grandes linhas e as grandes orientações para o desenvolvimento do Concelho de Esposende.

Sete maiorias absolutas do PSD depois, esta é a sétima, há muita coisa por fazer, e eu vou lembrar só o essencial que estava no PDM e que está por fazer, para o Senhor Presidente da Câmara tomar devida nota, já foi feita alguma coisa também, é verdade, mas, eu vou-lhe só lembrar:

- a via de ligação da A28 a Forjães;*
- a Zona Industrial de Vila Chã, que só existe no papel;*
- a Variante em Esposende que vem da Ponte de Fão à Av. de Banhos que, pára na Solidal;*
- a Zona Industrial de Esposende, ou assim chamada, e agora introduzia a nota que já não é bem zona industrial, é uma zona indefinida e que eu aproveitaria para fazer um apelo ao Senhor Presidente da Câmara, para que suspenda de imediato todos os licenciamentos naquela zona que não sejam devidos só para indústria ou para zona de comércio por grosso, porque aquilo está a tornar-se uma zona comercial para a população, o que não só é mau porque adultera o espírito da sua criação, como prejudica os centros comerciais das*

localidades;

- a Zona Desportiva de Esposende, nada, zero;
- a Zona Industrial de Fão-Fonte Boa, nada foi feito, inclusivamente com as obras na Rua das Pedreiras, há um estrangulamento sério no acesso a Fonte Boa, logo ali no início, pelo menos aquela via, precisava de ser requalificada e era preciso avançar com a Zona Industrial de Fão-Fonte Boa;
- a Variante Sul de Apúlia, foi feita a parte sul, falta concluir a parte norte;
- a Variante de Fão, a sul de Fão que liga à Rua que vai para a Apúlia, para Cedovém;
- o Parque da Cidade de Esposende;
- os Planos Urbanísticos;

25 anos depois, sete maiorias absolutas do PSD, tudo isto está por fazer, foi feita alguma coisa, mas o que foi feito não é sequer relevante comparando com aquilo que falta fazer.

Outra questão que queria referir, que acho que é muito importante, é a recuperação do Centro Histórico de Fão, que tem características únicas em termos urbanísticos e é preciso um projeto de requalificação e de promoção não só cultural, como económica do Centro Cultural de Fão.

Eu pessoalmente estou aqui de boa-fé, e o Grupo do Partido Socialista está aqui de boa-fé, e estamos aqui para ajudar a Câmara e esta Assembleia a desenvolver tudo aquilo que for necessário para o desenvolvimento do Concelho de Esposende, é esse o nosso espírito. Se o PSD conseguir fazer, aquilo que nós achamos que é importante e desenvolver este Concelho, bom para Esposende e bom para todos nós.

Quando vamos a uma terra dizemos que ela é bonita, que é desenvolvida, não dizemos que é, se formos a Guimarães não dizemos que é o PS e se formos ao Porto não dizemos que é o Rui Moreira e se formos a Lisboa não dizemos que é o Partido Socialista, ou a Braga o PSD.

As pessoas falam das terras, falam das populações, não falam dos partidos e acho que isso é muito importante.

Nós estamos aqui primeiro pelos Esposendenses, primeiro pela terra, as questões partidárias são importantes mas não são o essencial, o que é importante é que se faça.

Hoje não vou fazer Propostas, nem Moções, nem Recomendações, deixarei isso para outros dias, mas há uma coisa que eu gostava de fazer que era, gostava que houvesse um desenvolvimento grande, que colocasse Esposende no mapa em termos de desenvolvimento cultural e dou já uma sugestão, porque não homenagear e referenciar a passagem de Agustina Bessa-Luís por Esposende, morou cá em Esposende durante muitos anos, ela ainda é viva e enquanto é viva teria outra vantagem, seria uma forma de colocar Esposende no mapa e desenvolver a nível cultural essa vertente.

Gostava também que o horário de funcionamento da Biblioteca fosse alargado até à noite, principalmente para os estudantes, fosse alargada não só em termos de fundo, como em termos de edifício, como em termos de funcionamento.

Gostava que a obra do Pintor Henrique Medina que viveu cá e que pintou, quer a paisagem quer as pessoas de Esposende, fosse valorizada e promovida, acho que era importante para Esposende.

Não gostava de terminar sem lhe falar na Barra. A Barra, já deixou de ser uma questão política, é uma questão de urgência, necessidade e sobrevivência. Agora, já não interessa saber se é melhor os cilindros, ou se é melhor outra coisa, o que interessa é avançar rapidamente antes que o mar entre por aqui dentro, e isso, acho que é, todos nós, mas o Senhor em primeiro lugar, Senhor Presidente da Câmara, o principal, tem que ser o Senhor o

Timoneiro desta Nau, antes que ela naufrague.

Para terminar, dizer só ao meu grande amigo Dr Albino Neiva, que tenho o prazer de rever nas lides políticas, e gostava de dizer o seguinte:

Óh Sr. Dr. Albino Neiva! O Senhor Dr. nem fale na política Nacional, o PSD está proibido nos próximos anos de falar em política Nacional e compará-la com o PS. Acho que fica mal ao Sr. Dr. Albino Neiva, fica mal ao PSD falar nisso, a diferença é tão grande, vem falar da ação deste Governo comparado com o anterior, Sr. Dr. Deixemos isso para uma conversa de amigos, para aqui fica-lhe mal, porque o PSD está proibido nos próximos anos de comparar este Governo com o Governo anterior."

De seguida, interveio a Sr.^a Deputada Municipal, Sandra Bernardino, do Grupo Político JUNTOS PELA NOSSA TERRA, apresentando a Declaração que se transcreve:

"Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhoras e senhores Deputados Municipais

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhoras e senhores vereadores

Minhas senhoras e meus senhores

É uma honra estar aqui na Casa de Democracia e faço votos para que a mesma seja respeitada e dignificada por todos os que aqui se encontram.

Aqui temos de deixar de parte os interesses individuais e trabalhar em prol do concelho. Foi para isso que votaram em nós e esse deverá ser o nosso único objectivo.

Tenho bem presente o juramento que fiz e conheço bem os direitos e deveres das funções que agora exerço, os quais serão escrupulosamente perseguidos.

Diz-se que é de bom tom felicitar o vencedor.

O PSD venceu as eleições e com um resultado bastante expressivo.

Foi, de facto, um resultado estrondoso, contrário à tendência nacional.

Eu podia aqui fazer um discurso politicamente correcto na sequência desse resultado, mas não o vou fazer. E não o faço porque não sou hipócrita.

Tal não significa que não respeite a vontade popular. Obviamente que respeito. Respeito-a e acato-a, com o sentido de responsabilidade próprio de quem vive num estado democrático.

A minha reserva situa-se não no plano da vontade de quem vota, mas a montante, ou seja, na forma como essa vontade foi trabalhada e orientada.

É que este resultado não se deveu ao trabalho excepcional levado a cabo pelo executivo no último mandato. Não se deveu a uma campanha feita com elevação e, sobretudo, não se deveu ao respeito pelas regras democráticas que implicam necessariamente igualdade de armas.

E por isso, este resultado não merece a minha vénia.

O último mandato do executivo municipal foi claramente marcado por uma estratégia: uma estratégia de marketing.

O Sr Presidente da Câmara passou mais de três anos sem fazer praticamente nada, para, em cima das eleições, brindar o concelho com uma avalanche de obras, em jeito de memorandum.

Constatamos também que durante todo esse período, a maior preocupação foi a propaganda à pessoa do Sr Presidente da Câmara que, diga-se, foi excelentemente trabalhada, mas em nada contribuiu para o desenvolvimento do concelho.

Ou seja, foram 4 anos de puro marketing. Foram 4 anos a gastar o nosso dinheiro com Boletins Municipais que apenas serviram para fazer publicidade daquele que viria a ser o futuro candidato do PSD.

Mas pior, o PSD não se coibiu de usar dinheiro e recursos públicos para fazer campanha, como toda a gente sabe.

E não obstante as queixas à Comissão Nacional de Eleições, tudo ficou igual.

E não obstante as notificações da Comissão Nacional de Eleições para o Poder cumprir a legalidade, nada fez.

Ainda ninguém se esqueceu a colocação de placas de empreitadas na véspera de eleições, empreitadas que se iniciaram meses depois ou ainda nem sequer se iniciaram, a utilização do boletim informativo municipal como meio de campanha política; a colocação ilegal de outdoors de propaganda municipal na véspera das eleições.

Uma verdadeira vergonha, não apenas para o PSD, mas sobretudo para Esposende.

Gostamos de ouvir o nome do nosso concelho nas notícias, mas não por estas razões.

Mas pior que tudo isto são os expedientes usados para ganhar umas eleições. Para os "altos dirigentes" do PSD deste concelho vale tudo. Absolutamente tudo.

Para o Poder em Esposende há apenas um lema: se não és por mim, és contra mim.

E ao passar esta ideia, atropelam-se os mais elementares direitos das pessoas, designadamente a liberdade de expressão e pensamento.

Ao passar esta ideia, há muita gente que, sem saber, fica diminuída na sua liberdade de escolha e autodeterminação.

Ao passar esta ideia, as pessoas acabam por tornar-se mais frágeis e vulneráveis, porque tolhidas pelo medo.

E então vota-se no Poder para não ser vítima de represálias.

Vota-se no Poder porque se passa a ideia que só dessa forma vão conseguir ter um projecto ou qualquer pedido aprovado.

Vota-se no Poder porque só dessa forma se vai conseguir um emprego ou mantê-lo."-----

Neste momento a Sr.^a Deputada Municipal, Sandra Bernardino, foi interrompida pelo Senhor Presidente da Mesa, apenas para ser informada que tinha já atingido os cinco minutos de que dispunha, tendo nesse momento alguém do público se manifestado em alta voz contra esta interrupção. O Senhor Presidente da Mesa advertiu o mesmo, que tal manifestação por parte do público é punível nos termos da Legislação aplicável, por mera comunicação da Mesa ao Juiz da Comarca, para aplicação de uma coima, e esperava não ter que fazer essa comunicação. Mais acrescentou, que só interrompeu, porque havia duas intervenções do mesmo Grupo Político, tendo nesse momento o outro elemento do JPNT inscrito, prescindido da sua intervenção.-----

Retomando a palavra, a Sr.^a Deputada Municipal, Sandra Bernardino prosseguiu nos seguintes termos:

"A par disto, e porque ninguém anda a dormir, foram jogados outros trunfos: as promessas de cargos e empregos, que se começam a materializar; a atribuição cirúrgica de subsídios e outros apoios a instituições.

E ainda outros que julgava já terem caído em desuso, como o recurso à calúnia é à mentira relativamente a outras candidaturas.

Uma tristeza. Um cenário que só imaginava possível antes do 25 de Abril de 1974.

Por isso, desculpem a minha frontalidade e por não ser politicamente correcta, mas não em coerência não posso felicitar o PSD pelo resultado que obteve.

Uma coisa é certa, Sr Presidente da Câmara, atenta a confiança da população no seu programa, não há como não exigir que trabalhe. Que trabalhe com afinco e seriedade. E sobretudo que o dinheiro que é de todos nós seja bem gerido. E quando digo bem gerido digo-o no sentido de ser gasto no desenvolvimento deste concelho e na melhoria de qualidade de vida de cada um dos Esposendenses. Nada mais.

Como disse o Sr Presidente da Câmara no discurso de tomada de posse, não há desculpas.

Os autarcas do JPNT pegaram-se às suas palavras e, portanto, iremos assumir uma postura de exigência, de vigilância e de fiscalização da ação municipal, quer do ponto de vista do cumprimento da legalidade, quer da execução do programa eleitoral apresentado pelo PSD.

Tenho dito."-----

Uma vez mais, alguém do público se manifestou através de aplausos, tendo o Senhor Presidente da Mesa reiterado a advertência, passando a ler a Lei:

"Dispõe o Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro no seu artigo 49º, nº 4 e 5, respetivamente:

- a nenhum cidadão é permitido intrometer-se nas discussões, aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas, as votações feitas ou as deliberações tomadas.

- a violação do disposto no número anterior é punida com coima de (euro) 150 a (euro) 750, para cuja aplicação é competente o juiz da comarca, após participação do presidente do respetivo órgão.

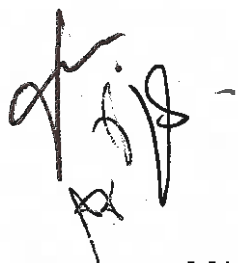
Isto é claro, está na Lei, está no Regimento, portanto espero que todos cumpram o que está previsto na Lei."-----

Terminadas as intervenções, sendo vinte e duas horas e quinze minutos, pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi interrompida a sessão por cinco minutos para que as bancadas pudessem, entre si, discutir a votação das propostas, votos e recomendações apresentadas, suspendendo assim os trabalhos.-----

Pelas vinte e duas horas e vinte minutos pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foram retomados os trabalhos, tendo o mesmo informado os presentes, que a Sr.^a Deputada Municipal Tânia Mota concordou em não apresentar a Proposta de Alteração ao Regimento, em virtude de ter sido dado conhecimento que a mesma iria ser analisada numa próxima sessão. Colocando à votação os assuntos propostos no período de antes da ordem do dia, obteve-se as seguintes votações:

1 - VOTO DE LOUVOR AO DR. HERNÂNI ZÃO OLIVEIRA - PELA CONQUISTA DO PRIMEIRO LUGAR NO CONCURSO INTERNACIONAL "ASTELLAS ONCOLOGY C3 PRIZE"- PROPOSTA.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, ATRIBUIR UM VOTO DE LOUVOR AO CIDADÃO HERNÂNI ZÃO OLIVEIRA - PELA CONQUISTA DO PRIMEIRO LUGAR NO CONCURSO INTERNACIONAL "ASTELLAS ONCOLOGY C3 PRIZE".-----



MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO DESTA DELIBERAÇÃO AO LAUREADO.--

2 - RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA A REPOSIÇÃO DA FREGUESIA DE MAR.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 14 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PS, DA CDU, DO CDS-PP, JUNTOS PELA NOSSA TERRA, DOS SENHORES PRESIDENTE DE JUNTA DAS UNIÕES DE FREGUESIAS DE FONTE BOA E RIO TINTO, DE PALMEIRA DE FARO E CURVOS, DE BELINHO E MAR E DA JUNTA DE ANTAS, 3 ABSTENÇÕES DOS SENHORES PRESIDENTES DA JUNTA DE VILA CHÃ, GEMESSES E FORJÃES E 13 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, APROVAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO MEMBRO ELEITO PELO GRUPO POLÍTICO DA CDU.-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve: "*O Grupo Político do PSD nesta Assembleia Municipal vota contra a Recomendação apresentada pelo Sr. Deputado da CDU Manuel Cepa Carneiro, não porque sejamos a favor deste novo quadro administrativo das freguesias pois desde sempre este Grupo Político se manifestou contra a agregação e logo no início de funções deste governo, solicitamos fossem de novo consultadas as respectivas Assembleias de Freguesia e Municipal, mas sim porque julgamos que este assunto não pode, nem deve, ser tratado de forma singular mas sim numa análise global de todo o concelho.*

Por todas estas razões, como já dissemos, votamos desfavoravelmente a proposta apresentada."-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: "*O Grupo Político do PS vota a favor, embora como foi aqui dito já, o Governo em 2018, vai iniciar um processo de consulta às populações, das freguesias que queiram, voltar à sua constituição originária e portanto, estamos a favor do processo, embora achemos também que focalizar apenas em Mar, ou tanto em Mar, está errado, deverá ser para todas as freguesias do Concelho e depois de estarem todas consultadas e se quiserem voltar no que quererão a generalidade das freguesias do Concelho, nós estaremos a favor desse processo e por isso votamos a favor da proposta da CDU.*"-----

Pelo Presidente de Junta da União de Freguesias de Apúlia e Fão foi apresentada declaração de voto que se transcreve: "*Votei a favor, porque é um tema que me é particularmente querido e recordo-me que na devida altura o movimento que formalizamos, ganhou consistência e na altura foi um dos mais ativos no sentido de ir contra algumas delas, claro que, esta proposta que nos é agora feita personaliza tudo em Mar, no entanto, a generalidade da mesma leva que eu vote a favor.*"-----

Pelo Grupo Político JUNTOS PELA NOSSA TERRA foi apresentada declaração de voto que se transcreve: "*Pelas razões que já foram aqui ditas e também porque nunca fomos a favor da agregação, votamos a favor.*"-----

Pelo Grupo Político do CDS-PP foi apresentada declaração de voto que se transcreve: "*Voto a favor, porque, para além da discordância com a agregação das freguesias, também pelos motivos já aqui explanados, não obstante, quero referenciar o seguinte, que de facto voto a favor, no entanto considero ser essencial abrir-se esta faculdade não só à Freguesia de Mar, mas também a todas as demais que pretendam gozar dessa faculdade.*"-----



3 - RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA A CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 17 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, 13 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PS, DA CDU, DO CDS-PP, JUNTOS PELA NOSSA TERRA E DOS SENHORES PRESIDENTES DA JUNTA DE VILA CHÃ E FORJÃES, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO MEMBRO ELEITO PELO GRUPO POLÍTICO DA CDU.-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve: "*O Grupo Político do PSD nesta Assembleia Municipal vota contra a Recomendação apresentada pelo Sr. Deputado da CDU Manuel Cepa Carneiro quanto à constituição do Conselho Municipal da Juventude pois sabemos que já foram dados passos significativos para a sua criação mas, segundo informações prestadas pelo Executivo, surgiram dúvidas quanto à operacionalidade deste organismo, assunto já tratado por outros municípios. O grupo Político do PSD aproveita para solicitar à Câmara que numa próxima oportunidade esclareça que passos foram dados nesse sentido.*

Por todas estas razões, como já dissemos, votamos desfavoravelmente a proposta apresentada."-----

4 - PROPOSTA PARA A CRIAÇÃO DE ASSENTO NAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA OS ÓRGÃOS DA COMUNICAÇÃO SOCIAL.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 19 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DOS SENHORES PRESIDENTES DA JUNTA DE VILA CHÃ E DE FORJÃES E 11 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PS, DA CDU, DO CDS-PP E JUNTOS PELA NOSSA TERRA, REJEITAR A PROPOSTA APRESENTADA PELO MEMBRO ELEITO PELO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP.-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve: "*O Grupo Político do PSD nesta Assembleia Municipal vota contra a Recomendação apresentada pela Sra. Deputada do CDS Tânia Mota quanto ao assento da Comunicação Social nesta sala da Assembleia Municipal, porque entendemos que a Comunicação Social, querendo, tem as condições necessárias para seu trabalho como é demais evidente em notícias quem tem vindo a público.*

Por todas estas razões, como já dissemos, votamos desfavoravelmente a proposta apresentada."-----

5 - RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA A DIVULGAÇÃO DE ENDEREÇO DE CORREIO ELETRÓNICO DE CADA UM DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 19 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DOS SENHORES PRESIDENTE

DE JUNTA DE VILA CHÃ E DE FORJÃES E 11 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PS, DA CDU, DO CDS-PP E JUNTOS PELA NOSSA TERRA, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO MEMBRO ELEITO PELO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP.-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“O Grupo Político do PSD nesta Assembleia Municipal vota contra a Recomendação apresentada pela Sra. Deputada do CDS Tânia Mota. Entendemos que a Recomendação não é clara e subentende a divulgação de dados que são de estrita competência de cada Deputado. Somos, no entanto, favoráveis a que a Câmara Municipal venha a criar endereços electrónicos a divulgar no sítio oficial da Câmara para todos os Deputados que assim o entendam fazer, disponibilidade imediatamente assumida pelo Sr. Presidente da Câmara.*

Por todas estas razões, como já dissemos, votamos desfavoravelmente a proposta apresentada.”-----

6 - RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA A DOTAÇÃO DE UMA EXTENSÃO DO SERVIÇO DE INTERNET (WI-FI) NO FÓRUM MUNICIPAL RODRIGUES SAMPAIO.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO MEMBRO ELEITO PELO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP.-----

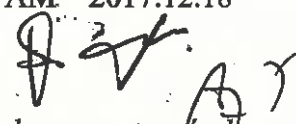
Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“O Grupo Político do PSD nesta Assembleia Municipal vota favoravelmente esta Recomendação apresentada pela Sra. Deputada do CDS Tânia Mota porque entendemos ser muito importante para o funcionamento dos trabalhos desta Assembleia o recurso à Internet. Sugerimos mais, que outros melhoramentos deveriam ser introduzidos nomeadamente pontos de corrente eléctrica junto das bancadas.*

Por todas estas razões, como já dissemos, votamos favoravelmente a proposta apresentada.”---

7 - PROPOSTA PARA A CONSTITUIÇÃO DE UMA COMISSÃO PARA PROCEDER AO ESTUDO E ANÁLISE DO IMPACTO DAS INTERVENÇÕES JÁ REALIZADAS E A REALIZAR, COM APRESENTAÇÃO DE SOLUÇÕES ATINENTES À SEGURANÇA, NAVEGABILIDADE E ECONOMIA DA ORLA COSTEIRA, DO RIO CÁVADO E ESTABILIZAÇÃO DA RESTINGA.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 17 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, 2 ABSTENÇÕES DOS SENHORES PRESIDENTES DA JUNTA DE VILA CHÃ E FORJÃES E 11 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PS, DA CDU, DO CDS-PP E JUNTOS PELA NOSSA TERRA, REJEITAR A PROPOSTA APRESENTADA PELO MEMBRO ELEITO PELO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP.-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“O Grupo Político do PSD nesta Assembleia Municipal vota desfavoravelmente esta Recomendação apresentada pela Sra. Deputada do CDS Tânia Mota porque entendemos que uma Comissão neste âmbito teria uma operacionalidade muito limitada, dada a delicadeza do*



tema. O Grupo Político do PSD julga, no entanto, ser matéria no âmbito de numa possível Comissão de Ambiente a ser criada.

Por todas estas razões, como já dissemos, votamos desfavoravelmente a proposta apresentada.”-----

Terminadas as votações, o Senhor Presidente da Assembleia questionou os Senhores Deputados Municipais, sobre se pretendiam pedir algum esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara, acerca da Informação Escrita enviada nos termos legais.-----

A Sr.^a Deputada Municipal, Sandra Bernardino, pediu a palavra para intervir, nos seguintes termos:

"Antes de mais, pretendo chamar a atenção para o facto da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara ter sido enviado fora do prazo. Esperemos que esta prática não se repita.

Quanto às questões a colocar:

Desde que tomou posse pela primeira vez como presidente da câmara, em Outubro de 2013, que o discurso de V. Exa. tem assentado na tónica de que "nunca um presidente fez tanto e tão bem". A própria análise e avaliação que tem feito dos recentes resultados eleitorais assentam nessa premissa.

Assim sendo, gostaríamos que perante esta Assembleia referisse aqueles que considera terem sido os 5 principais projetos estruturantes idealizados, projetados e executados no mandato anterior pela Câmara Municipal. Excluimos naturalmente deste grupo os projetos que foram executados por entidades ou organismos externos (Polis Litoral Norte, Águas do Norte, etc).

Da análise dos contratos registados no Portal dos Contratos Públicos (BASE) constata-se que a Câmara Municipal recorre frequentemente à figura do Ajuste Direto com consulta apenas a uma empresa.

Podemos dar como exemplo:

- A empresa Wemaze – Gestão de Projetos Lda, à qual foi adjudicado o projeto de adaptação do Centro de Negócios por 39.500€;*
- A empresa Atelier de Arquitectura e Engenharia Filipe e Manuela, Lda, à qual foi adjudicado o projecto de requalificação do Bairro do IGAPHE por 73.800€;*
- A empresa Geo Future, Lda, à qual foi adjudicada uma prestação de serviços de assessoria e consultoria na execução de projectos (?) por 91.500€;*
- A empresa Edigma, à qual foi adjudicada a criação de um site por 43.000€.”-----*

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, interrompeu a Sr.^a Deputada Municipal Sandra Bernardino, informando-a que só poderia usar da palavra naquele período para colocar questões acerca da informação escrita, ou para colocar alguma questão muito concreta e não para fazer uma intervenção política, para isso existia o Período de Antes da Ordem do Dia, durante o qual os Senhores Deputados Municipais dispunham de trinta minutos no total, para as suas Intervenções Políticas, o qual já tinha sido usado e cujo período de tempo tinha sido alargado para o máximo permitido na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e no Regimento, pelo que, se não pretendesse colocar nenhum pedido de esclarecimento relativo à informação escrita, podia eventualmente deixar um pedido por escrito, dirigido à Câmara Municipal, caso contrário, teria que passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para que o mesmo

pudesse responder, a todas as questões anteriormente colocadas pelos Senhores Deputados Municipais, e para isso o Senhor Presidente dispunha de igual período de tempo.

A Sr.^a Deputada Municipal Sandra Bernardino respondeu que assim sendo, e uma vez que não lho permitia porque tinha sido essa a instrução que o Senhor Presidente da Câmara lhe tinha dirigido, se não era isso que era permitido, ficava por ali.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, interrompeu novamente a Sr.^a Deputada Municipal Sandra Bernardino para esclarecer que, havia questões de urbanidade no funcionamento daquela Assembleia, durante quatro anos naquela Assembleia funcionou sempre com questões de respeito institucional, independentemente das questões divergentes de cada um e vir dizer que o Senhor Presidente da Assembleia recebeu recomendações, a Mesa não recebe recomendações de ninguém, porque chamará a atenção a qualquer um dos Deputados Municipais ou Presidentes de Junta que não cumpra o que está consagrado na Lei e no Regimento, pelo que, entendia aquilo como um desabafo, tendo-lhe retirado nesse momento a palavra.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para intervir no período de Informação.-----

INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, começou a sua intervenção nos seguintes termos:

“Senhor Presidente e Restante Mesa

Senhores vereadores

Senhores deputados municipais

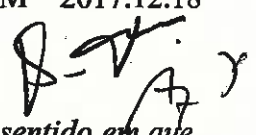
Senhores Presidentes de Junta

Público aqui presente

Minhas senhoras e meus senhores

Tentar ser sintético nas respostas e assertivo, quanto ao Dr. Penteado Neiva, agradecer as palavras que dispensou em relação à felicitação pelos resultados obtidos, vivemos num clima de democracia total e o povo manifestou a sua vontade e estamos aqui todos legitimamente eleitos, todos, não só os do PSD, mas todos, de todos os grupos políticos, devemos agradecer de facto a quem lutou pela democracia em tempo próprio, e não posso deixar de me regozijar e de estar extremamente satisfeito com aquilo que foi, como disse e muito bem, o reconhecimento do trabalho de quatro anos, mas também, a validação de um projeto de futuro para o nosso município, nomeadamente para este mandato no qual nos encontramos.

Não posso deixar de dar nota também do agradecimento que fez, na pessoa da Sílvia Cruz, que de alguma forma corporizou e personalizou um ato extremamente elevado, que deixou muito bem a população do município de Esposende, um ato solidário em relação às populações que foram afetadas pelos incêndios e fica também a minha vénia em relação ao trabalho feito por ela e por todos aqueles que se quiseram unir em volta deste projeto, que de facto, até acabou por ter alguma repercussão Nacional, tal a mobilização que se conseguiu para ajudar as pessoas que mais precisavam e que mais precisam, porque em boa verdade, ainda hoje ouvi, que não deixou de ser uma gota, no oceano das necessidades daquelas populações.



Também não posso deixar de acompanhar as críticas que fez ao Governo, no sentido em que, são posições da própria Associação Nacional de Municípios que é presidida por um autarca do partido socialista, portanto, não é sequer uma crítica direta, ou com algum teor partidário. Foi um conjunto de solicitações que foram feitas e apresentadas em sede de congresso, onde tive oportunidade de estar representado, e que efetivamente não tiveram acolhimento por parte do atual Governo, outras tiveram, verdade seja dita, e houve circunstâncias, não tanto para nós, mas para municípios que têm algumas dificuldades financeiras mais aparentes, de facto houve um alívio sobre eles, estou-me a lembrar por exemplo, do caso da Lei dos compromissos que era um bocadinho difícil de gerir e que acaba hoje por ser possível fazê-lo de forma diferente em função do que está previsto no Orçamento de Estado.

Mas relativamente ao FAM, não deixa de ser uma circunstância bastante complicada, nós estarmos a contribuir com um determinado valor e eu recorro que ao Município de Esposende couberam valores na ordem de quase um milhão de euros, novecentos e tal mil euros, estamos a pôr nesse Fundo de Apoio Municipal cerca de 140.000 euros ano, que poderiam servir para alavancar outros projetos, nomeadamente de natureza cultural por exemplo e que, temos que os lá colocar para aqueles municípios que mais precisam, sendo que o pernicioso da questão é que em boa verdade nem sequer está a ser consumido o valor que lá está a ser colocado, porque os municípios não querem, mesmo os que precisam, recorrer ao FAM, porque os obriga ao cumprimento de um conjunto de medidas, nomeadamente de aumento da carga fiscal, que eles não querem executar e efetuar sobre as populações, muitas vezes por razões claramente políticas, porque isso tem repercussões políticas e então preferem tentar outras soluções não recorrendo ao FAM, ou seja, estamos a contribuir para um fundo que não tem execução quase nenhuma e daí que o pedido que os Municípios fizeram em conjunto, portanto foram todos os partidos políticos, foi para que, pelo menos não continuassem a cobrar já que não gastavam o que lá estava e recorro que havia um fundo que era constituído por 50% pelos municípios e 50% pelo próprio Estado. Mas, não sabemos muito bem porquê, não foi considerado esse pedido dos Municípios.

E é verdade que o IVA sobre a iluminação pública de 23% não faz qualquer sentido e também a percentagem do imposto único de circulação também não faz qualquer sentido que fique para o Estado, considerando que, nós precisamos desse dinheiro para requalificar as nossas vias de comunicação.

Portanto, acompanho-o nessas circunstâncias, como eu costumo fazer sempre com total transparência, é verdade que algumas coisas foram consideradas e portanto, não se pode dizer que vivamos neste momento um mau tempo em relação ao relacionamento da Associação Nacional de Municípios no seu todo, com o atual Governo.

Falou da questão da Barra e da restinga, isto é um assunto recorrente e que já foi por demais esclarecido aqui em sede de Assembleia Municipal e também na Reunião de Câmara, é verdade que algumas das pessoas que estão aqui sentadas hoje não tiveram oportunidade de o ouvir, neste local. Eu recorro apenas que, é um processo muito longo, o Dr. Neiva já escreveu um livro sobre isso, sobre a barra e todas as contingências que levaram a esta circunstância atual, ou em não se ter feito quase nada em relação à barra, mas a preocupação vem percorrendo as tais sete maiorias e mais umas tantas para trás que não tivessem sido maiorias, porque é um assunto que é de difícil resolução, eu acho que é muito bom começarmos a pensar assim, se fosse fácil, em boa verdade já estaria resolvido.

Há circunstâncias muito difíceis, nomeadamente não há ainda hoje do ponto de vista técnico, soluções que sejam consideradas ideais para aquela situação, depois choca-se sempre nas



componentes de financiamento, choca-se nas componentes de gestão territorial, ou seja, há POC's, há Planos de Ordenamento do Parque Natural, há estudos de impacto ambiental que têm que ser feitos, ou avaliação de impacto ambiental, há um conjunto de instrumentos de planeamento, mais todas as permissões que têm que ser dadas por todas as entidades que tutelam o território, que levam a que não se encontrem as soluções que nós entendemos e se calhar muitos especialistas também vão entendendo, poderiam ser as de carácter mais definitivo.

Estamos a falar de enrocamentos em pedra, não vale a pena torneir a questão, foi lá colocada areia em 2006, ou 2007 se não estou em erro e durou um ano, um inverno, foram lá colocados os geocilindros e duraram outro inverno e portanto, eu estou esperançado que depois dessas duas tentativas falhadas, embora haja razões distintas para elas, porque são soluções diferentes, recordando que fomos "empurrados", primeiro é preciso esclarecer uma coisa:

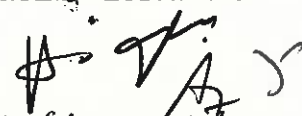
- Não foi a Câmara, que decidiu o que é que lá tinha que ser colocado, para que fique bem claro, esta solução dos geocilindros foi encontrada no âmbito de um grupo de trabalho que foi criado, onde estavam presentes a comunidade científica, as entidades que tutelam o território, o Município também lá teve assento e chegou-se a essa solução, porque se entendia que era uma nova tecnologia, uma nova forma de poder segurar o mar numa circunstância como esta e evolui-se depois no âmbito do programa Polis para a intervenção na restinga, com essa solução.

Mas, em boa verdade o atual Presidente da Câmara de Esposende nunca teve qualquer intervenção em todo esse processo.

Também é verdade, que independentemente de tudo, houve problemas estruturais com o próprio material que constituía os geocilindros, já foi explicado que o material não tinha a resistência que era suposto ter, daí que neste momento esteja uma seguradora Italiana, porque foi uma empresa italiana que forneceu os geocilindros à empresa construtora, que indemnizará a empresa que fez a obra, a empreitada, que por sinal terá que voltar a executar uma outra solução similar, mas não igual à que estava, para a qual foram utilizados Fundos Comunitários e é preciso perceber que pode ser vistoriada a obra e temos que dar evidências à Comunidade Europeia que a obra foi executada.

O que aconteceu não foi só destruição, a destruição também tem uma razão técnica, essa razão técnica está a ser colmatada, há uma indemnização na ordem dos 850.000 euros, mais o esforço que a própria empresa vai ter que fazer, porque nem é diretamente connosco, a seguradora não vai indemnizar a Polis e muito menos a Câmara que não tinha diretamente nada a ver com isso, vai indemnizar a empresa que por sua vez vai ter que cumprir e refazer parte daquela intervenção.

Como é do conhecimento geral, agendei uma reunião pela preocupação que, de facto isto é uma situação muito grave e temos consciência disso, agendei uma reunião na Câmara Municipal, reunimos basicamente todas essas entidades, para manifestar do ponto de vista da Câmara qual era o entendimento que tínhamos em relação a esta matéria e dizer claramente e nos olhos de todos, que o Município não aceitará mais soluções provisórias, para aquela situação, pelo menos não concordará com elas se as fizerem à revelia do município e também a nossa jurisdição sobre o local é o que é, como sabem, isso foi esclarecido, inclusive fiz disso nota de imprensa, para que ficassem a saber cá fora o que se passava e quais as responsabilidades do atual executivo e também é verdade que pela preocupação, essa sim, é uma preocupação efetiva e da qual eu tenho responsabilidades diretas e tem a ver com a Proteção Civil, pedi para que os Serviços de Proteção Civil desenvolvessem um plano de



contingência para galgamentos marítimos e isso pode acontecer. Ele foi feito, foi apresentado, toda aquela zona da barra está muito exposta, toda a zona da marginal, temos um plano para atuar numa circunstância mais difícil, mas, isso vale o que vale e todos temos consciência de que, se houver um dia especialmente mau, uma tempestade, como foi a tempestade de Hércules, aqui há uns quatro anos a esta parte, poderemos viver ali uma situação bastante afiliva.

O município tem o poder que tem e isto não deixou de ser tudo comunicado obviamente, às entidades a quem deveria ser comunicado.

Também importa dizer que, para além daquela intervenção de reconstrução de parte da restinga, também recordar que foi feito o molhe e custou-nos oitocentos mil euros, isso também é importante que se diga, a reconstrução do molhe e entretanto há uma candidatura para a reconstrução do molhe longitudinal do Cávado, aquela estrutura de pedra que está ao longo do rio, para cerca de um milhão e meio de euros, penso que neste momento já estará aprovada essa candidatura e essa sim, poderá proteger efetivamente a nossa zona da marginal.

De resto nós assumimos porque ninguém o quer fazer, tentar desenvolver um estudo para lá, com uma solução de carácter mais definitivo portanto, forçar uma solução, e eu tenho feito chegar isto ao Senhor Ministro do Ambiente, essa preocupação porque começa a ser muito difícil e eu acompanho essas críticas claramente, muito difícil justificar à população, porque é que se está permanentemente ali a intervir com soluções sem carácter duradouro, portanto nós também não estamos do lado de defender essas soluções, tomara eu ver ali uma solução com carácter mais definitivo, porque todos sabemos o que teríamos a ganhar com a estabilização da barra, para além da segurança o nosso desenvolvimento económico do nosso concelho podia ser exponencial, porque teríamos toda a componente da náutica, de recreio por exemplo, temos ali uma doca de recreio com dezoito anos sensivelmente e que ainda hoje não tem uma gestão profissionalizada, que está totalmente assoreada, um potencial enorme que está ali perdido, portanto poderia dar imenso dinheiro para a economia local, para não falar da atividade da pesca, dos riscos que correm os pescadores e por aí fora.

É um assunto grave, a ser acompanhado pelo município, com total empenho nessas soluções, do conhecimento da Tutela ao mais alto nível, principalmente o Sr Ministro está perfeitamente por dentro desta situação, esperemos que seja sensível aquilo que são as nossas necessidades.

De resto, da intervenção do Senhor Deputado Cepa Carneiro, eu não acompanho o seu raciocínio em relação à criação da lista em Mar e que ela tivesse a ver com a desagregação, porque há quatro anos atrás já havia a agregação pela primeira vez e não foi por isso que houve uma lista contrária, e as pessoas disponibilizaram-se do mesmo partido a colaborar, por uma razão simples, apesar de ter sido uma proposta do nosso partido, do meu partido, do Partido Social Democrata, eu estive sempre contra essa medida, frontalmente, perante o Secretário de Estado da altura, perante o Ministro da altura, bem me tentaram cativar para essa causa, mas eu sempre disse que não acompanhava essa situação, porque sabia o quão mau isso era para as freguesias do concelho de Esposende, de tal maneira que, quer na Câmara Municipal, quer nesta Assembleia Municipal, sempre tratamos este assunto por unanimidade, sempre estivemos contra a agregação das freguesias, sempre.

E recordo-me que, no início desta legislatura com o Governo atual, a primeira proposta que o Dr. Neiva apresentou aqui, foi precisamente para que o Partido Socialista viesse a alterar essa lei, porque existia uma abertura no programa eleitoral do Partido Socialista para que se

Handwritten signature and initials.

alterasse a lei e nós pedimos aqui e recorde-me que por acaso não houve unanimidade. E recorde-me que o Senhor Presidente da Junta de Fão na altura, e corrigir-me-á se entender necessário, talvez por não ter entendido o alcance do que estávamos a fazer, porque o que estávamos a fazer não era uma questão partidária, era simplesmente dizer assim, nós tivemos contra o nosso partido, sempre o fizemos aqui, eu lembro-me de uma discussão dura entre o Dr. Neiva e o anterior Presidente da Assembleia, porque quisemos que houvesse unanimidade nessa matéria. E depois, simplesmente como o Partido Socialista tinha dito que o ia fazer, nós quisemos manifestar desde logo, e dizer, estamos aqui para colaborar, venha de lá essa lei que permita que a gente volte a colocar às freguesias a possibilidade de se desagregarem, foi sempre assim e por isso é que eu compreendo o sentido de voto que aconteceu aqui hoje, porque primeiro, isto não se pode reduzir a duas freguesias, não é só Belinho e Mar que está em causa, é Belinho e Mar, Palmeira e Curvos, Esposende, Marinhas e Gandra, Fonte Boa e Rio Tinto, Apúlia e Fão, todas as freguesias, nenhuma está contente e eu já disse isso aqui, também nesta Assembleia Municipal, que a primeira coisa que eu faria, se essa lei vier, a primeira coisa a fazer é dar a oportunidade às Assembleias de Freguesias para se pronunciarem, bastando obviamente que uma das Freguesias não se queira manter agregada, para que essa agregação se desfça.

É muito redutor transformar isto numa questão de S. Bartolomeu do Mar com Belinho, porque não é disso que se trata, o problema identificado em termos políticos de S. Bartolomeu do Mar e Belinho tem outras razões que passam pelas pessoas, nunca foi isso que esteve em cima da mesa, porque eu sei que o Senhor Presidente da Junta de Belinho nunca concordou com a agregação, por exemplo, ou o Manuel Santos, também nunca concordou com a agregação, nunca teve a ver, simplesmente perceberam que naquele momento não havia outra forma, tinha que se partir para aí porque a lei a isso obrigava, foram todos obrigados, há quatro anos atrás, a assumir uma situação com a qual não concordavam, mas não tinham alternativa, porque era o cumprimento da lei que estava em causa.

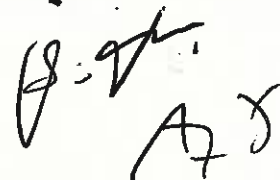
Nós recusamos inclusive, diziam-nos: "é melhor que vocês preparem um mapa, preparem vocês um que seja mais de acordo com as vossas necessidades", e nós recusamos sempre isso, não concordávamos, não concordávamos, não havia mapa que nos servisse que não fosse o das quinze freguesias.

Portanto, a questão é exatamente essa, não acredito sinceramente que a motivação dessa lista tivesse a ver com essa matéria, não teve infelizmente, obviamente continuam a partilhar da mesma opinião que devem separar-se as freguesias, mas não foi esse o móbil da sua criação.

De qualquer modo também não posso também deixar de dizer que, sendo o partido que o Sr deputado representa, o suporte para o atual Governo, tem toda a legitimidade, eu quase que diria que a responsabilidade está muito mais do seu lado e do seu partido em relação a esta matéria, do que do meu lado, neste momento, eu sei que o Partido Comunista Português ou a CDU se quiser, também já fez chegar junto do Partido Socialista a necessidade de que se vá por aí.

Eu incentivo claramente a que, faça isso, porque terá o meu apoio, essa eu votarei, se tiver oportunidade na Câmara, de alguma forma que chegue lá uma proposta não tem é representação, mas isso não interessa, estaremos sempre ao lado dessa solução e na Assembleia tenho a certeza que o Partido Social Democrata também terá essa deferência para com uma proposta que venha nesse sentido.

Não estamos em desacordo, só estamos em desacordo na leitura "reductora" que se fez da questão, resumindo a duas freguesias um sentimento que é generalizado das freguesias que se



agregaram.

Quanto à questão do Conselho Municipal de Juventude que aqui foi falada, de facto, quando apareceu a Lei havia algumas dúvidas sobre uma eventual sobreposição de competências em relação inclusive à Assembleia Municipal, mas eu prometo que na próxima Assembleia trarei cá esse assunto devidamente esclarecido para se ver, porque não é nossa intenção obviamente quartar os direitos dos jovens ou deixar de ter a participação dos jovens na política, era só o que faltava, mas havia de facto e por essa razão muitos municípios ainda não criaram esse Conselho Municipal de Juventude e portanto teremos que reavaliar essa situação, mas confesso que não tenho essa situação presente em concreto.

Quanto ao início das obras na Escola Secundária Henrique Medina, eu recordo que, a Escola Secundária Henrique Medina é responsabilidade do Estado, do Estado. Nós não temos nada a ver com a gestão de equipamentos daquela natureza. Contudo, porque estávamos preocupados e entendemos que os jovens do nosso concelho, os professores e o pessoal não docente, devem ter exatamente as mesmas condições de trabalho que têm os dos outros municípios, porque quase todos os municípios circundantes tiveram intervenções no âmbito da Parque Escolar e nós fomos esquecidos, ao longo destes anos todos e das várias intervenções da Parque Escolar, fizemos chegar, vou ter que dizer “fiz” chegar ao Governo anterior e recordo-me do dia em que isso aconteceu, foi no dia em que inaugurámos o centro escolar de Forjães, em que o Dr. Pedro Passos Coelho enquanto Primeiro-Ministro e o Senhor Ministro da Educação estiveram cá em Esposende, entreguei-lhe um “dossier” a dizer, dê ao município seis milhões de euros e nós faremos a intervenção na Escola Secundária Henrique Medina e não serão necessários os catorze milhões que estavam previstos na Parque Escolar, para luxos completamente desnecessários.

Ele ficou muito admirado, porque de alguma forma pensava que custaria os tais catorze milhões e dali a um mês ou dois, eu fui chamado à comissão de coordenação, na altura pelo Professor Emídio Gomes que me disse: “temos aqui uma “shortlist” com quatro ou cinco escolas, está aqui a escola de Esposende e portanto à partida, teremos aqui seis milhões de euros”.

Eu fiquei todo contente, porque enfim, de alguma forma poderíamos colaborar com a Tutela e poderíamos fazer a obra que tanto ansiávamos, mas em boa verdade nada foi assim.

Fomos empurrados para o Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial do Cávado, na CIM e depois, contas feitas deram-nos um milhão e novecentos e tal mil euros.

Bem, de catorze milhões para um milhão e novecentos mil, já está a ver aqui o drama que estamos a viver, ainda por cima empurrando responsabilidades para cima do município e pondo-nos a pagar 7,5 % do valor da componente nacional. Ou seja, acabamos por fazer um acordo com a Tutela em que o Governo paga 7,5%, portanto 85% será um milhão novecentos e tal, mais 15% que será a Tutela a pagar cento e sessenta mil euros e nós a pagarmos os outros cento e sessenta mil euros, ou seja, o município está a colocar do seu próprio bolso, do bolso dos contribuintes de Esposende, numa obra que é da responsabilidade do Estado, cento e sessenta mil euros.

Eu acho que, depois de todo o esforço que nós fizemos, para que se conseguisse esta intervenção, sem termos responsabilidade, eu acho que isso devia ser valorizado, contudo acabamos por levar sempre com as críticas pelo atraso em todo este processo.

Bem, todo o trabalho recaiu sobre nós, nós tivemos que pagar o projeto, o projeto de execução

está feito neste momento e está devidamente aprovado, tivemos que correr, mendigar quase, diria eu, para o Porto, para a DGEST para nos darem o parecer para aprovar a intervenção que íamos fazer. Nunca esquecendo que nós consideramos sempre isto e foi levado ao Conselho Municipal de Educação como uma primeira fase, porque não queríamos que o Estado de alguma forma assumisse, o Ministério da Educação, que era a intervenção global na Escola, porque não é, é uma primeira fase, porque os seis milhões faziam mesmo falta, ou até um pouco mais se calhar.

Estamos neste ponto neste momento, temos uma intervenção prevista de dois milhões e qualquer coisa mil euros e o projeto está com todos os pareceres, aprovado na Câmara, o concurso público deve sair um dia destes, porque já está na divisão de obras municipais para lançamento do concurso.

A pergunta concreta que me fez para quando está previsto o início das obras, um concurso público desta natureza, com visto do Tribunal de Contas, poderá demorar quatro a cinco meses, dificilmente será menos do que isso. Portanto, contas feitas, se calhar a altura própria para começar as obras será na paragem de verão, não vale a pena estarmos aqui a enganar ninguém e isto se não houver muitos pedidos de esclarecimentos por parte do Tribunal de Contas, que por vezes andam ali tempo sem fim.

Contudo, do ponto de vista financeiro da Câmara, está devidamente salvaguardada a intervenção.

Mas, reiterando isto, de repente parece que o município é que é o responsável, e não é, o município não tem qualquer responsabilidade sobre esta matéria, está a ajudar e a pôr dinheiro do bolso dos próprios contribuintes para resolver um problema que deveria ser o Governo de Portugal, ou o Estado a resolver.

Quanto à questão da representação na CPCJ por parte da Assembleia Municipal, de acordo com a Lei nº 147/99, alterada pela Lei nº 23/2017, não está prevista representação da Assembleia Municipal, mas sim da Câmara Municipal, portanto neste momento é em função da Lei, não vinha mal ao mundo, muito pelo contrário se tivesse elementos da Assembleia Municipal, mas do que é o meu conhecimento sobre a matéria neste momento, não está previsto e não estando previsto, não faz sentido que se esteja a nomear alguém.

Quanto à recomendação sobre o ruído, nós estamos a desenvolver esse regulamento, posso-lhe dizer que é uma matéria que já foi aqui trazida vastas vezes, nomeadamente pelo seu antecessor, é uma questão que nos preocupa bastante e temos que preparar tudo para que o próximo verão, decorra de forma completamente distinta, daquilo que tem vindo a acontecer até aqui.

Há dois ou três estabelecimentos que têm provocado mais problemas, estamos a acompanhar essa situação de perto e portanto posso-lhe garantir que o regulamento estará cá fora, devidamente discutido, previamente e depois no período de discussão pública e previamente na sua feitura e na sua elaboração e depois, esperemos que seja um regulamento que, por um lado, e já o dissemos aqui, é importante que pensemos assim, os interesses dos cidadãos em função do seu descanso, o seu direito ao descanso obviamente, mas também uma componente importante no nosso município, que somos um município de turismo, de juventude e acreditem que, se nós de alguma forma correremos com as pessoas que desenvolvem essa atividade aqui no concelho, estaremos a afastar muita juventude e muita economia do nosso concelho.

Temos que acreditar que é assim, eu acredito que é possível conciliar os interesses de todos,



das pessoas e também dos nossos jovens, porque em boa verdade, se não estiverem aqui, eles irão para outro lado qualquer e eu prefiro claramente que os jovens de Esposende possam divertir-se no seu concelho do que terem que andar a correr para o Porto ou para Lisboa ou para onde quer que seja.

Quanto à Senhora Deputada Tânia Mota, agradecer os votos de felicitações obviamente. Quanto à alteração do Regimento, até já retirou a proposta portanto percebeu o alcance da situação, é normal que haja sempre uma alteração ao Regimento. Quanto à questão do correio eletrónico eu confesso que desconheço, não sei se os membros da Assembleia não têm um e-mail da Câmara Municipal, mas eu comprometo-me aqui, era o que faltava não poderem ter um e-mail oficial da Assembleia Municipal, para receberem correspondência, penso que não se esclareceu se era no domínio da Câmara, ou não. Não vejo qualquer problema nisso, é uma questão de dar orientações aos serviços para que eles o desenvolvam o mais rápido possível, não vejo qualquer problema nisso. Quanto à questão da internet ela foi votada aqui e não é só a internet, há outras coisas que fazem falta aqui neste auditório, estou a lembrar-me do projetor, temos um problema funcional com o projetor, quando estamos a projetar qualquer coisa, quem está nas mesas tem que se voltar ao contrário, o que é extremamente desagradável, portanto vamos tentar melhorar alguns aspetos a nível funcional do edifício.

Do Senhor Deputado Tito Evangelista, quero-lhe agradecer as felicitações e que me tivesse recordado os meus deveres e responsabilidades, é verdade que eu disse isso e disse-o com total consciência do que estava a dizer, claro que quem tem uma votação como nós tivemos, tem responsabilidades acrescidas, não tem desculpas de natureza política, mas tem as desculpas de natureza financeira, ou seja, por vontade política não deixaremos de fazer coisíssima nenhuma, por questões financeiras, poderemos ter as limitações que daí decorrem.

Quanto à questão da desmunicipalização da sociedade, não concordo consigo neste sentido, eu acho que nós temos uma sociedade civil bastante desenvolvida e ativa no concelho, basta ver todas as instituições que aí estão a funcionar, de forma autónoma, desde a área da cultura, a área social, eu percebo que o seu alcance era de natureza partidária, mas não existe a partidarização municipal, isso é que não existe de todo, existe um sentimento geral de que nós desenvolvemos bem o nosso trabalho e depois chegamos às eleições e ganhamos, mas isso eu não posso fazer muito mais que não seja continuar a trabalhar.

Quanto à questão do PDM, é importante recordar uma coisa, eu não deixo de acompanhar essa sua desilusão em relação a algumas das questões que estavam previstas no PDM, mas é importante perceber que o PDM não é propriamente um Documento Previsional e o senhor Doutor terá estado ligado à sua Génese, acredito não sei, posso estar a cometer aqui alguma inverdade, mas é muito mais um Instrumento de Gestão Territorial, como sabe. Ou seja, o que o PDM faz é definir regras para a utilização racional e gestão do território. Ou melhor, quando prevê uma estrada, uma variante ou seja o que for, no fundo está a limitar a edificação por exemplo naquela zona, para que não se esteja a condicionar o desenvolvimento futuro, mas isso não trás nenhuma obrigação para quem está a gerir o município, era só o que faltava, porque falta a outra componente que eu lhe dizia, que é a componente financeira. Tivesse eu, acesso a Fundos Comunitários, tivesse eu acesso ao dinheiro e pode ter a certeza

que todas as variantes estariam feitas no concelho de Esposende, não sobraria uma. Sendo certo que, algumas nem sequer são da nossa responsabilidade e a variante que falava por exemplo do acesso de Forjães à A28 é claramente um exemplo em que nunca na vida será o município a fazer uma obra dessas, era impossível. Mas, mesmo as outras não estão ao alcance da bolsa do município, por mais que a sua situação seja desafogada e que haja boa gestão.

Portanto, são coisas completamente diferentes, o Plano Diretor Municipal está claramente como um Instrumento de Gestão Territorial que define regras quer para o município, quer para os próprios privados e nunca, como obrigação, não é um orçamento em que estamos a definir um investimento aqui, ali ou acolá, porque o PDM não tem componente financeira como sabe muito bem, infelizmente.

De resto, falou aqui de uma série de questões, de facto, da zona desportiva de Esposende, das Zonas Industriais, etc, nós estamos a trabalhar nessa matéria, temos alguns projetos relacionados com isso, mas também lhe queria dizer uma coisa, falou de vinte e cinco anos, muito rapidamente eu rejeito 5/6 dessa responsabilidade. Eu só sou Presidente há quatro, não me impute o ónus do que não foi feito em vinte e cinco, pelo menos seja justo comigo, 1/6 ainda posso assumir, mais coisa menos coisa, se a memória não me falha, 5/6 não posso. Enquanto responsável máximo pelo município tenho que rejeitar esses 5/6 dessa mesma responsabilidade.

De resto, relevar também a sua disponibilidade para ajudar o executivo, no fundo é disso que se trata.

Quanto ao alargamento da biblioteca estamos conversados, nós temos um projeto neste momento para a ampliação da biblioteca e naturalmente que estaríamos muito satisfeitos pelo alargamento do horário também, que é uma necessidade do concelho.

A questão da Barra já respondi ao Dr. Neiva e portanto já o esclareci.

Agostina Bessa Luís, Henrique Medina, claro que são figuras que é importante relevar, nós temos tido uma atenção especial a tudo isso, como sabe, portanto a seu tempo regressaremos a essas questões.

Quanto à intervenção da Senhora Deputada Sandra Bernardino, eu podia dar-lhe mil razões pelas quais ganhamos estas eleições, mas em boa verdade eu só queria mesmo felicitá-la pela sua eleição, não tenho mais nada a dizer em relação à sua intervenção.

A si e ao seu grupo de cidadãos, felicitá-los porque de alguma forma foram eleitos exatamente como eu, pela vontade do povo.

Quanto à informação escrita, só não posso mesmo concordar com "nunca um Presidente fez tanto e tão bem", eu nunca disse isso, nunca me senti sequer assim e portanto rejeito completamente essa situação.

Eu já disse muitas vezes, estou aqui para trabalhar, é só isso, mais nada. Para trabalhar no dia-a-dia, muito longe do culto da imagem, ou de me andar a promover.

Eu apareço nos jornais, estou onde estou por inerência, porque o Presidente da Câmara não pode desaparecer das fotografias e não pode deixar de estar onde deve estar, porque se eu não estivesse, seria criticado por não estar.



*Se eu não aparecesse nas iniciativas, se não desse tudo o que tenho para dar ao município aos sábados, aos domingos, todos os dias do ano, seria criticado por isso, portanto eu aparecerei sempre e as vezes que for necessário na imprensa e Deus queira que seja na imprensa Nacional, porque estarei a promover também o concelho de Esposende, porque é nessa qualidade que eu estou lá e não na qualidade pessoal de Benjamim Pereira, é na qualidade de Presidente da Câmara de Esposende e penso que o povo de Esposende demonstrou claramente que está orgulhoso pelo Presidente que tem.
Muito Obrigado!"-----*

Terminada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as palavras do Senhor Presidente, lembrando o público presente de que poderiam fazer a sua inscrição na Mesa, para intervenção no final do período da ordem do dia, tendo passado de seguida para o período da ordem do dia:

02 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

Foi proposto pelo Presidente da Mesa da Assembleia juntar os assuntos relativos aos apoios às Juntas de Freguesia desde o Ponto 02.01 até ao Ponto 02.09, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

Passou de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer uma exposição relativa a estes pontos, o qual informou que os assuntos apenas eram para conhecimento, como tal se houvesse alguma dúvida em relação a algum dos pontos teria todo o gosto em esclarecer.

Pediu esclarecimentos o Senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Apúlia e Fão, nos seguintes termos:

"Primeiro, saudar a Câmara Municipal que no mandato anterior teve sempre uma atitude de transparência e respeito por este tipo de apoios às Juntas de Freguesia, não só pela aplicação do regulamento que está em vigor, mas também na pauta que os Presidentes de Junta, ou os seus representantes têm que assinar e carimbar para que a Câmara Municipal promova esse apoio. E é nesse sentido, que eu tenho que fazer aqui dois reparos: os meses de Agosto e Setembro foram meses de eleições e na realidade Senhor Presidente eu dou conta que, em relação aos supostos apoios à União de Freguesias de Apúlia e Fão, no mês de Agosto há aqui duas questões que passaram claramente ao lado do executivo, é um reparo e é apenas para que o Senhor Presidente veja quem é que procedeu a isto e para que não volte a acontecer, na realidade houve aqui alguma discricionariedade por alguém que se entendeu superior ao Presidente de Junta e levou materiais para Fão e entendeu fazer lá umas benesses, porque se estavam a aproximar as eleições. Nesse sentido, há esse apoio em Agosto que diz: material – sinais, tubo, cimento, tampas, para fão, não descreve para onde é que foi, é um apoio de dois mil e oitocentos euros (€2.800,00) que não tem nada a ver comigo, agradecia que esse apoio saísse daí porque não foi uma requisição da Junta de Apúlia e Fão, se ele estiver bem descrito, aí, eu subscrevo.

Para a Sr.ª da Bonança também não foi claramente um pedido do Presidente da Junta da União de Freguesias de Apúlia e Fão. Subscrevo que possa ter havido uma necessidade, mas as pessoas têm que perceber que existem protocolos e procedimentos bem definidos e regulamentos bem definidos para que as entidades não sejam ultrapassadas.



O mesmo aconteceu Senhor Presidente em setembro, com a despesa de limpeza e colocação de vedação em terreno público, eu alerto que esse terreno público é da Câmara Municipal, a Junta de Freguesia só teve conhecimento e o Senhor Presidente sabe disso que, quando fomos chamados já estavam lá umas máquinas da Câmara e estava lá mais alguém que não era da Câmara Municipal mas tinha conhecimento do que se estava a passar e portanto, estávamos em plena campanha eleitoral, portanto eu não posso permitir que esta despesa esteja aqui colocada como sendo uma despesa da Junta de Freguesia, pelo menos não estou de acordo com ela.

Depois, tem uma questão também que tem a ver com uma colocação de um espelho no mês de outubro, na Rua Azevedo Coutinho com a Rua Pedro Coutinho, esta rua não existe em Fão e eu suponho que este mesmo espelho já estava retratado no mapa de Agosto esse sim, pedido pela Junta de Freguesia.

Estou perfeitamente de acordo com este tipo de apoio e a Regulamentação que está em vigor, eu só pedia que o Senhor Presidente verificasse junto dos serviços de quem foi o erro, para que essas coisas não voltassem a acontecer, seja de quem for, ou de um funcionário da Câmara Municipal ou, se me permite que lhe diga Senhor Presidente, sabe que há outras entidades sobretudo em Fão, que fazem questão de preterir a atividade do Presidente de Junta e essa está retratada também aí, com a pintura de linha descontínua amarela na faixa de rodagem na Rua Bombeiros Voluntários de Fão, que também não foi pedida, ou pelo menos a Junta de Freguesia não tem conhecimento dela, portanto eu agradecia que dissesse a essas entidades ou pessoas em particular, que não voltassem a preterir aquilo que são os poderes da Freguesia.”-----

O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para esclarecer nos seguintes termos:

“De forma muito sintética, obviamente que eu irei averiguar esta situação, não sendo pedidos da Junta de Freguesia, não faz sentido que constem da listagem, contudo, obviamente que nós temos no âmbito de intervenção nas Freguesias alguma autonomia, sendo certo que, também lhe devemos o dever de informação, portanto faz todo o sentido o que está a dizer, ou seja, qualquer intervenção que seja feita na área das suas Freguesias vamos dizer assim, deverá obviamente ser-lhe previamente comunicada e eu vou, zelar para que isso aconteça.”-----

Intervenção de seguida o Senhor Deputado Tito Evangelista, do Grupo Político do PS, nos seguintes termos:

“Só gostava de referir dois pontos:

1 - O esquema seguido antes para os registos de apoios às Juntas de Freguesia era mais legível do que o último mapa apresentado que é muito colorido.

2 - Eu reparei que, realmente o senhor tem razão, a Câmara trabalhou muito, principalmente em setembro e foi muito célere nas respostas aos pedidos, nomeadamente da Junta de Freguesia de Fonte Boa, porque recebeu um e-mail da Junta de Freguesia à noite e o Senhor Presidente fez uma proposta à Câmara, eu presumo que nessa mesma noite, porque tem a mesma data, era o que faltava ter feito a proposta antes do pedido. Portanto, trabalhou e trabalhou muito, só era bom que a Câmara trabalhasse vinte e quatro horas, trezentos e sessenta e cinco dias por ano e não só em setembro, em ano eleitoral.

Portanto, eu faço esse desafio ao Senhor Presidente da Câmara, que seja tão célere durante todo o mandato, como foi nomeadamente em setembro de 2017”-----

[Handwritten signatures and initials]

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu nos seguintes termos:

“Eu já tenho a fama de trabalhar bastante, eu recordo-me que havia um partido político que até pedia para trabalhar ao sábado, portanto trabalhar uma noite para mim, isso é perfeitamente normal.

De qualquer maneira não é verdade que tivéssemos trabalhado só em setembro, eu admito que tenha sido pelo facto de o senhor levar mais a sério a sua candidatura, na parte final e ter acompanhado mais o trabalho da Câmara nessa altura.

Quer que lhe diga seriamente o que pode ter acontecido, que é perfeitamente normal, é que muitas vezes os pedidos são remetidos e não vêm devidamente instruídos e da forma correta e pede-se para refazerem o pedido, nós fazemos isso com todas as freguesias, como é óbvio.

Aliás, como disse o senhor Presidente da Junta e muito bem, a nossa atividade é bastante transparente, embora este dever de informação da forma como está estruturado decorre da lei, nem é um excesso de zelo da nossa parte, ou excesso de transparência.”-----

O Senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Apúlia e Fão voltou a pedir a palavra para referir:

“Tenho um desafio provocador para lhe fazer, sugeria que de hoje em diante aparecessem também no registo os pedidos que não são deferidos.”-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu nos seguintes termos:

“São assuntos que não tendo despesa, não tem que ser dado conhecimento à Assembleia Municipal, trata-se apenas do cumprimento de uma obrigação por via da despesa.”-----

02.01 – APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA – MÊS DE AGOSTO 2017 – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 19 de outubro de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio às Juntas de Freguesia durante o mês de agosto de 2017, nos termos do nº 2 do artigo 13º do Regulamento de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.02 – APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA – MÊS DE SETEMBRO 2017 – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 02 de novembro de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio às Juntas de Freguesia durante o mês de setembro de 2017, nos termos do nº 2 do artigo 13º do Regulamento de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.03 – APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA – MÊS DE OUTUBRO 2017 – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 16 de novembro de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio às Juntas de Freguesia durante o mês de outubro de 2017, nos termos do nº 2 do artigo 13º do Regulamento de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.04 – APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA – MÊS DE NOVEMBRO 2017 – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 07 de dezembro de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio às Juntas de Freguesia durante o mês de novembro de 2017, nos termos do nº 2 do artigo 13º do Regulamento de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.05 – APOIO FINANCEIRO À UNIÃO DE FREGUESIAS DE FONTE BOA E RIO TINTO - PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 14 de setembro de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio à União de Freguesias de Fonte Boa e Rio Tinto nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 2 do artigo 13º do Regulamento de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.06 – APOIO FINANCEIRO À UNIÃO DE FREGUESIAS DE FONTE BOA E RIO TINTO - PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 14 de setembro de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio à União de Freguesias de Fonte Boa e Rio Tinto nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 2 do artigo 13º do Regulamento de Formas de



Apoio às Juntas de Freguesia. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. _____

02.07 – APOIO FINANCEIRO À UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESPOSENDE, MARINHAS E GANDRA - PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 14 de setembro de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio à União de Freguesias de Esposende, Marinhãs e Gandra nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 2 do artigo 13º do Regulamento de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. _____

02.08 – APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DE FORJÃES - PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 14 de setembro de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio à Junta de Freguesia de Forjães nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 2 do artigo 13º do Regulamento de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. _____

02.09 – APOIO FINANCEIRO À UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESPOSENDE, MARINHAS E GANDRA - PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 07 de dezembro de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio à União de Freguesias de Esposende, Marinhãs e Gandra nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 2 do artigo 13º do Regulamento de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. _____

02.10 – RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO DE INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO RELATIVO AO 1º

SEMESTRE 2017 – PARA CONHECIMENTO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 19 de outubro de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, Relatório do Auditor Externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município de Esposende relativo ao 1º semestre de 2017. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o mesmo referiu que era um assunto apenas para conhecimento, como tal se houvesse alguma dúvida, o próprio ou o Dr. Nuno Capitão que se encontrava ali presente, teriam todo o gosto em esclarecer.-----

Pediu a palavra a Sr.ª Deputada Municipal Sandra Bernardino, do Grupo Político JUNTOS PELA NOSSA TERRA, solicitando o esclarecimento que se transcreve:

"Da análise do relatório conclui-se que a Câmara Municipal tem sido muito eficaz na cobrança de receitas e na execução das Despesas Correntes, mas medíocre na execução das Despesas de Capital, ou seja, na execução de obras – terminou o primeiro semestre sem ter sequer atingido os 20% de execução.

Neste momento já tem alguma indicação ou perspectiva de qual vai ser a execução total e final das Despesas de Capital no ano de 2017?"-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu nos seguintes termos:

"A questão não é sobre o documento, é uma questão previsional, eu não estou em condições de lhe responder a isso agora, mas depois poderei responder-lhe por escrito, se entender necessário, de acordo com os serviços porque a nossa contabilidade está em permanente evolução, portanto neste momento não tenho possibilidade de lhe responder."-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.11 – ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAREM A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM CÁVADO NO PERÍODO 2017-2021, NOS TERMOS DO ARTIGO 83º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

Foi proposto pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, retirar este assunto da presente ordem de trabalhos, por existirem dúvidas na interpretação do artigo 83.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tendo o mesmo sido retirado por unanimidade.-----

02.12 - ELEIÇÃO DE CINCO PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DE 10 CIDADÃOS PARA INTEGRAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DAS ALÍNEAS D) E J) DO Nº 1 DO ARTIGO 5º DA LEI 33/98, DE 18 DE JULHO E DAS ALÍNEAS E) E R) DO Nº 1 DO ARTIGO 5º DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA.-----

Com vista à eleição de cinco Presidentes de Junta de Freguesia e de 10 cidadãos para integrarem o Conselho Municipal de Segurança de Esposende, nos termos das alíneas d) e j) do



nº 1 do artigo 5º da Lei 33/98, de 18 de julho, e das alíneas e) e r) do nº 1 do artigo 5º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, que se fará por eleição nominal e escrutínio secreto, através de apresentação de listas:

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi proposto que a eleição dos representantes das Juntas de Freguesia e a eleição da lista dos cidadãos para integrarem o Conselho Municipal de Segurança fosse feita em separado, por ter chegado à Mesa uma proposta para a eleição dos representantes das Juntas de Freguesia, e duas propostas para a eleição da lista dos cidadãos que integrarão o Conselho Municipal de Segurança.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL APROVOU A PROPOSTA POR UNANIMIDADE.

Foi apresentada uma única lista, designada pela letra “A” para os representantes das Juntas de Freguesia, cuja composição é a seguinte:

Lista “A” apresentada pelo Grupo Político do PPD-PSD - Representantes das Juntas de Freguesia:

Carlos Escrivães - Presidente da Junta da União de Freguesias de Fonte Boa e Rio Tinto,
Mário Fernandes - Presidente da Junta da União de Freguesias de Palmeira de Faro e Curvos
Manuel Abreu - Presidente da Junta da União de Freguesias de Belinho e Mar
Mário Boaventura – Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã
Luís Peixoto - Presidente da Junta da União de Freguesias de Apúlia e Fão.

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO, POR MAIORIA DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA “A” APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DESIGNAR PARA INTEGRAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE ESPOSENDE OS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DAS UNIÕES DE FREGUESIAS DE FONTE BOA E RIO TINTO – CARLOS ESCRIVÃES; PALMEIRA DE FARO E CURVOS – MÁRIO FERNANDES; BELINHO E MAR – MANUEL ABREU; VILA CHÃ – MÁRIO BOAVENTURA E APÚLIA E FÃO – LUÍS PEIXOTO.-----

Votaram na Proposta “A” 27 Membros Municipais, votaram em branco 2 Membros Municipais e absteve-se 1 Membro Municipal.-----

Foram apresentadas duas listas, designadas pelas letras “A” e “B” para a eleição dos cidadãos que integrarão o Conselho Municipal de Segurança, cuja composição é a seguinte:

Lista “A” apresentada pelo Grupo Político do PPD-PSD - Lista de Cidadãos:

Armando Luís Lopes Martins, Emílio Moreira Dias, Fernando Carvalho, Baltazar Almeida, Manuel Fernando Meira Torres, Manuel Ribeiro, Eduardo Maia, Tânia Mota, Manuel Cepa Carneiro, Tito Alfredo Evangelista e Sá.

Entretanto a Senhora Deputada Sandra Bernardino retirou a proposta da Lista “B”, apresentada pelo Grupo Político JUNTOS PELA NOSSA TERRA.

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU AINDA, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO, POR MAIORIA DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA “A” APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DESIGNAR PARA INTEGRAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE ESPOSENDE A LISTA DE CIDADÃOS ARMANDO LUÍS LOPES MARTINS, EMÍLIO MOREIRA DIAS, FERNANDO CARVALHO, BALTAZAR ALMEIDA, MANUEL FERNANDO MEIRA TORRES, MANUEL RIBEIRO, EDUARDO MAIA, TÂNIA MOTA, MANUEL CEPA CARNEIRO E TITO ALFREDO EVANGELISTA E SÁ.-----

Votaram na proposta “A” 29 Membros Municipais e votou em branco 1 Membro Municipal.---

02.13 – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO Nº 1 DO ARTIGO 4º DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.-----

Com vista à eleição do representante das Juntas de Freguesia no Conselho Municipal de Educação, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 4º do Regimento Interno do Conselho de Municipal de Educação, que se fará por eleição nominal e escrutínio secreto, através de apresentação de listas:

Foram apresentadas duas propostas, a primeira proposta foi apresentada pelo Grupo Político do PPD-PSD, designada pela proposta “A”, de acordo com a qual se pretende a nomeação do senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Esposende, Marinhãs e Gandra, Aurélio Neiva e a segunda proposta apresentada pelo Grupo Político do PS, designada pela proposta “B”, de acordo com a qual se pretende a nomeação do senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Gemeses, Eduardo Oliveira Maia.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO, POR MAIORIA DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA “A” APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DESIGNAR O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ESPOSENDE, MARINHAS E GANDRA, AURÉLIO MARIZ NEIVA COMO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.-----

Votaram na Proposta “A” 20 Membros Municipais, votaram na Proposta “B” apresentada pelo Grupo Político do PS 8 Membros Municipais, absteve-se 1 Membro Municipal e 1 voto nulo.--

02.14 – ELEIÇÃO DE AUTARCA DE FREGUESIA PARA O CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO Nº 2 DO ARTIGO 157º DO DL 202/2004, DE 18 DE AGOSTO, REPUBLICADO PELO DL 2/2011, DE 6 DE JANEIRO.-----

Com vista à eleição de autarca de freguesia para o Conselho Cinegético Municipal de

Esposende, nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 157º do DL 202/2004, de 18 de agosto, republicado pelo DL 2/2011, de 6 de janeiro, que se fará por eleição nominal e escrutínio secreto, através de apresentação de listas:

Foram apresentadas duas propostas, a primeira proposta foi apresentada pelo Grupo Político do PPD-PSD, designada pela proposta “A”, de acordo com a qual se pretende a nomeação do Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Antas, José Viana e a segunda proposta apresentada pelo Grupo Político do PS, designada pela proposta “B”, de acordo com a qual se pretende a nomeação do Deputado Municipal e Presidente da Junta da União de Freguesias de Apúlia e Fão, Luís António Sequeira Peixoto.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO, POR MAIORIA DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA “A” APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DESIGNAR O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ANTAS, JOSÉ VIANA, COMO AUTARCA DE FREGUESIA PARA O CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL DE ESPOSENDE.-----

Votaram na Proposta “A” 19 Membros Municipais, votaram na Proposta “B” apresentada pelo Grupo Político do PS 8 Membros Municipais, absteve-se 1 Membro Municipal e 2 votos nulos.-----

02.15 – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA O CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACES CÁVADO III – BARCELOS ESPOSENDE, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO Nº 1 DO ARTIGO 31º DO DL 28/2008, ALTERADO E REPUBLICADO PELO DL 253/2012, DE 27 DE NOVEMBRO.-

Com vista à eleição do representante da Assembleia Municipal para o Conselho da Comunidade do ACES Cávado III, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 31º do DL 28/2008, alterado e republicado pelo DL 253/2012, de 27 de novembro, que se fará por eleição nominal e escrutínio secreto, através de apresentação de listas:

Foram apresentadas três propostas, a primeira proposta foi apresentada pelo Grupo Político do PPD-PSD, designada pela proposta “A”, de acordo com a qual se pretende a nomeação do Deputado Municipal, Manuel Albino Penteado Neiva, a segunda proposta apresentada pelo Grupo Político do PS, designada pela proposta “B”, de acordo com a qual se pretende a nomeação da Deputada Municipal, Anabela Solinho e a terceira proposta apresentada pelo Grupo Político da CDU, designada pela proposta “C”, de acordo com a qual se pretende a nomeação do Deputado Municipal, Manuel Cepa Carneiro.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO, POR MAIORIA DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA “A” APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DESIGNAR O SENHOR MEMBRO MUNICIPAL MANUEL ALBINO PENTEADO NEIVA, COMO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA

MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA O CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACES CÁVADO III BARCELOS/ESPOSENDE.-----

Votaram na Proposta “A” 18 Membros Municipais, votaram na Proposta “B” apresentada pelo Grupo Político do PS 6 Membros Municipais, votaram na Proposta “C” apresentada pelo Grupo Político da CDU 3 Membros Municipais, abstiveram-se 2 Membros Municipais e votou em branco 1 Membro Municipal.-----

02.16 – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE NO CONSELHO ESTRATÉGICO DO PARQUE NATURAL LITORAL NORTE, NOS TERMOS DO ARTIGO 8º DO DECRETO-LEI Nº 135/2012, ALTERADO PELO DECRETO-LEI Nº 78/2015, DE 13 DE MAIO.-----

Com vista à eleição do representante da Assembleia Municipal de Esposende no Conselho Estratégico do Parque Natural Litoral Norte, nos termos do artigo 8º do Decreto-Lei nº 135/2012, alterado pelo Decreto-Lei nº 78/2015, de 13 de Maio, que se fará por eleição nominal e escrutínio secreto, através de apresentação de listas:

Foram apresentadas duas propostas, a primeira proposta foi apresentada pelo Grupo Político do PPD-PSD, designada pela proposta “A”, de acordo com a qual se pretende a nomeação do Deputado Municipal, António José Morgado e a segunda proposta apresentada pelo Grupo Político do PS, designada pela proposta “B”, de acordo com a qual se pretende a nomeação do Deputado Municipal, Tito Evangelista.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO, POR MAIORIA DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA “A” APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DESIGNAR O SENHOR MEMBRO MUNICIPAL ANTÓNIO JOSÉ MORGADO, COMO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE NO CONSELHO ESTRATÉGICO DO PARQUE NATURAL LITORAL NORTE.-----

Votaram na Proposta “A” 18 Membros Municipais, votaram na Proposta “B” apresentada pelo Grupo Político do PS 11 Membros Municipais e absteve-se 1 Membro Municipal.-----

02.17 – DELIBERAÇÃO SOBRE A FIXAÇÃO DO VALOR DO SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DO Nº 1 DO ARTIGO 17º DO ESTATUTO DOS ELEITOS LOCAIS, APROVADO PELA LEI Nº 29/87, REPUBLICADA PELA LEI Nº 52-A/2005, DE 10 DE OUTUBRO.-----

Foi presente na Sessão Proposta do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para que se fixe o valor do seguro de acidentes pessoais dos membros da Assembleia Municipal de Esposende, nos termos do nº 1 do artigo 17º do estatuto dos eleitos locais, aprovado pela Lei nº 29/87, republicada pela Lei nº 52-A/2005, de 10 de outubro. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante. -----



Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dada uma breve explicação do assunto.---

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E FIXAR O VALOR DO SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DO Nº 1 DO ARTIGO 17º DO ESTATUTO DOS ELEITOS LOCAIS, APROVADO PELA LEI Nº 29/87, REPUBLICADA PELA LEI Nº 52-A/2005, DE 10 DE OUTUBRO.-----

02.18 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE PARCELA DE TERRENO PARA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO – INÍCIO DE PROCEDIMENTO DE PUBLICITAÇÃO – NOS TERMOS DA ALÍNEA Q) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 02 de novembro de 2017, foi presente na sessão, para aprovação, Proposta da Câmara Municipal de Esposende de desafetação do domínio público de parcela de terreno para integração no domínio privado do município – início de procedimento de publicitação – nos termos da alínea q) do nº 1 do artigo 25º da lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o mesmo deu uma breve explicação do assunto.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA NOS TERMOS APRESENTADOS E ASSIM AUTORIZAR A DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE PARCELA DE TERRENO PARA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO E POSTERIOR REGULARIZAÇÃO PREDIAL DOS EQUIPAMENTOS CONSTRUÍDOS EM CIMA DO REFERIDO CAMINHO E NA ZONA ENVOLVENTE.-----

02.19 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DA ALÍNEA M) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 07 de dezembro de 2017, foi presente na sessão, para aprovação, Proposta da Câmara Municipal de Esposende para a Reorganização dos Serviços Municipais do Município de Esposende, nos termos da alínea m) do nº 1 do artigo 25º da lei 75/2013, de 12 de setembro.

9/1/18
ATA

Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o mesmo deu uma breve explicação do assunto.-----

Intervio de seguida a Sr.^a Deputada Municipal Tânia Mota, do Grupo Político do CDS, solicitando o esclarecimento que se transcreve:

“A este propósito é relevante recordar que a natureza e capacidade humanas têm limitações naturais.

No âmbito da reorganização dos serviços pretende-se criar um departamento municipal denominado de Departamento de Controlo e Gestão Geral.

Vistas e analisadas as respectivas atribuições e competências, em jeito simplista, tenderia a considerar que a pessoa que vier a ser designada para dirigir este departamento terá de apresentar poderes ao jeito de um super homem ou super mulher.

Quantas pessoas será necessário recrutar para este departamento? Quanto vai custar a denominada reorganização dos serviços?

Acresce que, esperamos que a denominada reorganização dos serviços não corresponda a um eventual acerto de contas, na medida em que o momento para a levar a cabo, é pelo menos sugestivo.

Ainda a propósito de organização dos serviços, como se sabe em Maio de 2018, entrará em vigor em pleno o Regulamento Europeu de Protecção de Dados, que define um conjunto alargado e diríamos enorme de regras a que estão sujeitas as autoridades e organismos públicos, como é o caso do município de Esposende e suas juntas de freguesia.

Atenta essa circunstância, cumpre saber se o executivo municipal tem vindo a adaptar-se para dar cumprimento às regras.

Está prevista a nomeação de um DPO – Data Protection Officer, ou seja, de um encarregado de protecção de dados, ou dito de outro modo, de um polícia dos dados.

A organização ou reorganização dos serviços contempla já a necessidade de nomeação daquele encarregado ou encarregada?

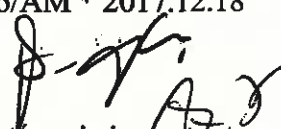
Ou, entender-se-á recorrer a serviços externos para dar cumprimento a essa obrigação?

O executivo já ponderou os custos que envolverá a adaptação às novas regras? Em caso afirmativo, quanto custará a adaptação inicial e à posteriori a garantia de cumprimento para o futuro dessas novas regras?” -----

Intervio de seguida a Sr.^a Deputada Municipal Sandra Bernardino, do Grupo Político JUNTOS PELA NOSSA TERRA, solicitando o esclarecimento que se transcreve:

“Se tivermos em conta a forma como os esposendenses avaliaram os dois últimos mandatos autárquicos, independentemente de concordarmos ou não com essa avaliação, fica provado que o Município não precisa de ter na sua estrutura nem departamentos nem nove divisões, a não ser que tal tenha como objetivo criar um lugar ou lugares para determinadas pessoas.

Não faz qualquer sentido criar um departamento, com um diretor, que vai ficar responsável por áreas tão distintas e tão diversas como as Finanças, a Gestão Energética, o Património Edificado, a Logística de Eventos, a Cultura, a Coesão Social, o Desenvolvimento Económico, o Desporto, etc, quando os pelouros a que estas áreas estão afetas tiveram de ser distribuídas por 4 vereadores, mais o presidente da câmara. Aliás, só faz sentido se se quiser ter um diretor



com um estatuto muito próximo ao do presidente da câmara, tornando-se até mais importante que os próprios vereadores.

Por outro lado, também não se compreende que se apresente uma estrutura pensada tendo por base apenas a atual distribuição de pelouros pelos membros do Executivo, facto por demais evidente quando se exclui deste mega-departamento a Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, que teimosamente se mantém sob a dependência direta do presidente da câmara, e que, por exemplo, necessita de um trabalho permanente de acompanhamento e de articulação com o Serviço de Apoio Jurídico. Percebe-se, mais uma vez, que a proposta teve por princípio o facto do A não poder ficar sob a dependência do B.

Por fim, basta comparar a estrutura agora proposta e aprovada com as estruturas de municípios de igual dimensão ou até superior, para perceber que é uma estrutura claramente sobredimensionada e que terá custos bastante elevados e desnecessários:

Dou apenas dois exemplos

Ponte de Lima, com 43.000 habitantes, tem 5 divisões

Póvoa de Varzim, com 64.000 habitantes, quase o dobro de Esposende, tem 8 divisões.

Esposende, com 35.000 habitantes, pretende ter 9 divisões."-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu nos seguintes termos:

"Relativamente às questões colocadas pela Senhora Deputada Tânia Mota, dizer que a situação está a ser acompanhada, nomeadamente no âmbito do processo da qualidade, que não vamos obviamente recrutar recursos humanos porque os temos internamente para lidar com a situação e estamos a acompanhar a situação desde já.

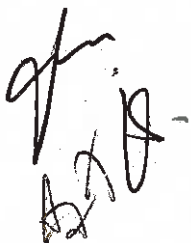
Quanto a custos, como eu acabei de dizer na apresentação da proposta, esta reorganização não implica aumento de custos em termos de pessoal, não pode mesmo implicar, portanto está fora de questão a contratação de pessoal.

Eu gostava que percebessem que, o facto de existir este departamento tem a ver apenas com a coordenação, não vamos retirar poder ou capacidade de decisão aos chefes de divisão, é uma reorganização para simplificar o acesso da informação e a triagem da informação para a vereação, tão simples quanto isso, não tem que ser nenhum super-homem, ou super-mulher como é óbvio para tratar esses assuntos.

De resto, há algumas divisões que eu considero muito importantes, que se prendem com a questão da gestão urbanística, que eu continuarei a manter sob a minha dependência por ser uma área que eu quero acompanhar de perto e também a parte do planeamento, como é óbvio. Também fomos percebendo que havia ali algumas situações que não funcionavam da melhor forma e não tem a ver com pessoas, tem a ver com funcionamento de estruturas, que é uma coisa completamente diferente.

De resto, percebemos que o projeto deve estar mais próximo da execução, ou seja, a divisão de obras municipais deve estar mais próximo da divisão do planeamento e isso é uma questão que é mais do que evidente para nós.

Assim como a própria gestão urbanística também tem que ter aqui uma forma diferente de ser abordada, há matérias que nós percebemos que não funcionavam bem e que tínhamos que as alterar, nessa lógica de funcionamento e não noutra qualquer, ademais eu gostava que percebessem uma coisa, as chefias hoje são por concurso público, portanto quem tem a ideia que é para colocar lá o A, o B, ou o C, isso será sempre provisoriamente até que se abram os concursos públicos e se possa colocar lá as pessoas.



Já lá vai o tempo, e foi assim no passado, mas era a lei que o permitia e confesso-vos que se hoje fosse possível eu fazia exatamente o mesmo, portanto não é nenhuma crítica, era assim, eram por nomeação.

Eu entendo que as chefias devem ter, a questão da lealdade no trabalho é fundamental mas, a lei empurra para esta circunstância de ter que ser por concurso público, que seja e portanto é isso que nós vamos fazer a seguir.

Não vamos aumentar aos custos, a lei não permite que se aumente aos custos e vamos fazer exatamente assim, nomear chefias provisoriamente enquanto decorrem os concursos públicos e depois quem cá vier parar que tenha competências para isso, será admitido como chefe, das divisões que tiverem chefia, porque nem todas as divisões vão ter chefia, é importante dizer isto, há divisões que vão reportar diretamente aos vereadores.

Existia e existe ainda, uma divisão na estrutura atual que tinha umas dezenas de serviços lá encaixados que era completamente ingerível, é preciso perceber que nós só retrocedemos em termos desta organização, porque a lei acabou por nos "obrigar", porque houve pessoas que foram saindo e depois não foram substituídas, para encaixarmos no modelo, que resultou das restrições todas que tivemos por parte da Administração Central.

Acabamos por emagrecer, diria eu, porque esta Câmara já teve departamentos, eu não inventei agora nada, até já teve mais do que um, hoje as coisas mudaram, de acordo com a lei só podíamos ter um departamento, mas isso tem a ver com a situação concreta da lei.

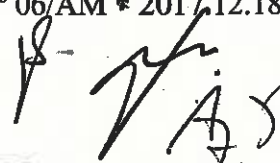
Usou uma expressão, falou no sentido de oportunidade, mas isto tem que ser feito agora, no início do mandato, para eu preparar o mandato todo, não tem a ver com as questões que se tentou levantar sempre de tirar A, ou pôr B, mas com toda a sinceridade, há pessoas que não quero à frente de algumas divisões da Câmara, mas não tem a ver com questões políticas, tem a ver com questões de competência, portanto não me custa nada assumir isso, aqui publicamente, era o que faltava eu manter as pessoas sabendo que elas são incompetentes, só com medo do julgamento público, que pudessem fazer a conotação com a questão partidária, eu tenho responsabilidades acrescidas, que as pessoas votaram massivamente no nosso projeto e tenho que ter os melhores, da mesma forma que escolhi uma equipa que me pareceu a melhor para encarar estes desafios, tenho que ter os melhores técnicos para trabalharem ao meu lado, numa lógica de competência, obviamente e pela dimensão que existia, havia pessoas que não correspondiam às necessidades que tínhamos e uma ou outra situação não demonstraram as competências que eu exijo aos trabalhadores da Câmara.

Quanto à Senhora Deputada Sandra Bernardino, não colocou questões, foram considerações, portanto penso que está explícito no documento aquilo que eu penso em relação à reorganização."

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA E, ASSIM APROVAR O MODELO DE ESTRUTURA ORGÂNICA E ESTRUTURA NUCLEAR NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA.

Votaram a favor 17 membros do Grupo Político PSD, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Forjães, Vila Chã, num total de 19. Votaram contra 1 membro do Grupo Político da CDU e 4 membros do Grupo Político Juntos pela Nossa Terra, num total de 5. Abstiveram-se 5 membros do Grupo Político do PS e 1 membro do Grupo Político do CDS, num total de 6.



Pelo Sr. Deputado Municipal Tito Evangelista, do Grupo Político do PS, foi apresentada a seguinte declaração de voto:

"Abstivemo-nos para dar um voto de confiança ao Senhor Presidente da Câmara, para ele não dizer depois que os serviços não funcionaram porque o PS boicotou a sua reestruturação. Agora tem uma Câmara à sua medida."-----

Pela Sr.ª Deputada Municipal Tânia Mota, do Grupo Político do CDS, foi apresentada a seguinte declaração de voto:

"Abstenho-me e vou dar esse voto de confiança, mas especialmente, porque foi aqui assumido que essa reestruturação não acarretará qualquer aumento de custos para o município e essa é a razão fundamental porque me abstenho."-----

02.20 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ALTERAÇÃO À ESTRUTURA INTERNA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DA ALÍNEA M) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 07 de dezembro de 2017, foi presente na sessão, para aprovação, Proposta da Câmara Municipal de Esposende para a Alteração à Estrutura Interna dos Serviços Municipais do Município de Esposende, nos termos da alínea m) do nº 1 do artigo 25º da lei 75/2013, de 12 de setembro. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita.-----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o mesmo explicou que o assunto estava interligado com o anterior, pelo que, se houvesse algum pedido de esclarecimento, esclareceria.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA E, ASSIM APROVAR A ALTERAÇÃO À ESTRUTURA INTERNA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA.-----

Votaram a favor 17 membros do Grupo Político PSD, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Forjães, Vila Chã, num total de 19. Votaram contra 1 membro do Grupo Político da CDU e 4 membros do Grupo Político Juntos pela Nossa Terra, num total de 5. Abstiveram-se 5 membros do Grupo Político do PS e 1 membro do Grupo Político do CDS, num total de 6.-----

Pelo Sr. Deputado Municipal Tito Evangelista, do Grupo Político do PS, foi apresentada a seguinte declaração de voto:

"Abstivemo-nos para dar um voto de confiança ao Senhor Presidente da Câmara, para ele não dizer depois que os serviços não funcionaram porque o PS boicotou a sua reestruturação. Agora tem uma Câmara à sua medida."-----

Pela Sr.ª Deputada Municipal Tânia Mota, do Grupo Político do CDS, foi apresentada a seguinte declaração de voto:

"Abstenho-me e vou dar esse voto de confiança, mas especialmente, porque foi aqui assumido que essa reestruturação não acarretará qualquer aumento de custos para o município e essa é a razão fundamental porque me abstenho."-----

02.21 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ALTERAÇÃO DA FINALIDADE DO EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO – “PLANO DE FINANCIAMENTO NAS FREGUESIAS”, NOS TERMOS DA ALÍNEA F) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 07 de dezembro de 2017, foi presente na sessão, para aprovação, Proposta da Câmara Municipal de Esposende para a alteração da finalidade do empréstimo de médio e longo prazo – “Plano de Financiamento nas Freguesias”, nos termos da alínea f) do nº 1 do artigo 25º da lei 75/2013, de 12 de setembro. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o mesmo deu uma breve explicação do assunto.-----

Intervio de seguida o Sr. Deputado Municipal Tito Evangelista, do Grupo Político do PS, solicitando o esclarecimento que se transcreve:

"Tenho muitas dúvidas sobre a explicação que deu quando falou na concessão do Forte S. João Baptista e na aquisição da Estação Radionaval de Apúlia, a questão que coloco é esta: Se há prioridades essenciais nas freguesias, e há muitas como nós sabemos infelizmente, que não deviam ser contabilizadas e contempladas nesse empréstimo e se, a alteração do fim não vai impossibilitar a satisfação dessas necessidades, e depois há uma questão, se a Câmara tem alguns milhões de euros depositados a prazo naquele banco angolano, porque não utilizar esse dinheiro, em vez de estar já a comprometer-se em alocar o valor deste empréstimo para outras finalidades?

Para mim é essencial saber se, e se o Senhor Presidente me disser, porque na proposta isso não é claro, na proposta não estão identificados todos os projetos que a Câmara pretende realizar utilizando este montante, era isso que eu acho que era importante saber-se, e saber se é necessário para realizar essas atividades utilizar este empréstimo e não utilizar outros recursos da Câmara, como por exemplo o dinheiro que a Câmara tem a prazo, no banco BIC. Tenho muitas dúvidas sobre esta alteração da finalidade do empréstimo e gostava que me esclarecesse, e o Senhor Presidente até pode estar completamente certo, mas não foi até agora, pelo menos para mim, convincente essa explicação."-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu nos seguintes termos:

"Tínhamos um plano de investimento e temos, eu já disse que ia haver um segundo plano de investimento nas freguesias, as necessidades nas freguesias, infelizmente não as conseguimos colmatar todas durante este mandato, nem nunca conseguiremos isso seria completamente irreal há sempre obras a serem feitas.

Nós fomo-las fazendo um pouco com recursos próprios e quando fala de termos de facto dinheiro a prazo é verdade, seria absurdo não ter esse dinheiro, se o temos não o rentabilizar, mas não é para ficar a prazo, infelizmente se calhar diria eu, terá que ser utilizado, mas o



dinheiro é para investir, nunca foi objetivo da Câmara aforrar e ter uma conta recheada, embora tivesse sido acusado muitas vezes disso, a questão é que, para lançar obras, para se avançar com as empreitadas é preciso ter dinheiro, não há outra forma, noutros tempos não era assim, a lei dos compromissos a isso nos obrigou e bem.

Portanto, o dinheiro que temos a prazo infelizmente terá que ser acionado, nós temos obras muito importantes, eu recorro por exemplo a Escola Secundária Henrique Medina, temos que dispensar aquele valor, mas temos agora a ecovia do litoral, o troço Fão Apúlia é uma obra no valor de um milhão cento e tal mil euros, o canal vai-nos consumir imensos recursos financeiros também, temos muitas intervenções previstas, estou a pensar da requalificação do mercado municipal, do Largo Rodrigues Sampaio que estão previstas no PARU, mas que depois é preciso pôr lá o resto do dinheiro como sabe e felizmente conseguimos ir buscar uma verba substancial, mas temos muitas obras, em Fão, em Apúlia, nós temos muitas obras a decorrer agora quase em todas as freguesias, que estão a consumir recursos financeiros que nós tínhamos, não vieram antes das eleições, estão a ser feitas agora, ao longo do tempo, quando houve oportunidade para as fazer.

Mas, nós não temos, eu orgulho-me disso, neste momento não há nenhum auto na minha secretária para pagar, nem nunca houve durante o meu mandato todo, porque estamos sempre a consumir verbas e há muitas obras nas freguesias para as quais não temos qualquer apoio, vou só referir duas, que são muito caras e eu sei que as pessoas querem ouvir falar disso, tem a ver com as intervenções nas escolas, da nossa responsabilidade, nas do 1º ciclo, que é a substituição do fibrocimento das escolas todas, que são da nossa inteira responsabilidade, sem um cêntimo de apoio do Estado, infelizmente diria eu.

A requalificação da pintura e uma requalificação geral desses mesmos edifícios, que é uma empreitada à parte e corre também única e simplesmente por conta da Câmara, sem qualquer recurso financeiro por parte do Estado, ou em termos de fundos comunitários.

Por exemplo a Escola do Facho, sai fora deste pacote porque tem uma intervenção mais significativa do que as outras, mas, desenvolvemos o projeto de execução dentro da Câmara, tivemos que recorrer a serviços externos para a parte das especialidades e vamos lançar agora concurso, só conseguimos afetar duzentos mil euros neste momento em termos de orçamento, mas isto é uma obra que nos vai custar trezentos e oitenta e dois mil euros, isto é o preço base que eu espero que depois em termos de concurso público venha para baixo dos trezentos e cinquenta mil, para não obrigar a visto do Tribunal de Contas senão iremos perder aqui mais um mês e tal a enviar e receber documentação.

Portanto, há muitas obras e quando elaboramos em termos de orçamento a despesa, os compromissos, tínhamos que ter a correspondente receita e se tínhamos um empréstimo aprovado com taxas de juro baixas, consideramos que foi bem negociado na altura e é só isso que estamos a fazer, estamos a afetar recursos financeiros para dar cumprimento ao nosso programa, eleitoral tão simples quanto isso, porque temos compromissos assumidos com as Freguesias e temos que avançar com as obras que são reivindicadas pelas populações e para isso é preciso dinheiro.

Em termos fiscais, toda a gente sabe o que estamos a fazer, temos um nível de endividamento muito baixo, temos um empréstimo que vem servir estes propósitos.

Repare que há muito pouco tempo a esta parte, acusavam-me de ter dinheiro no banco e que o dinheiro era para investir e agora que estamos a investir o dinheiro e a consumi-lo nas obras necessárias, já começam a pôr em causa a saúde financeira do município, ou se estamos a afetar bem os recursos financeiros ou não.

Já fui acusado de tudo e mais alguma coisa, mas a realidade é que, as obras vão surgindo e vamos satisfazendo as populações, é só isso.-----

Intervieio de seguida a Sr.^a Deputada Municipal Tânia Mota, do Grupo Político do CDS, solicitando o esclarecimento que se transcreve:

“Quanto à alteração da finalidade do empréstimo, não especifica exatamente do que se trata, embora tenha aqui já adiantado alguns esclarecimentos, mas a minha questão aqui é, há pouco quando respondia, falou num segundo plano para investimento nas freguesias. Então se, vamos ter um segundo plano para investimento nas freguesias pergunto, se fará grande sentido alterar a finalidade deste contrato de empréstimo, se vai fazer falta investir nas freguesias? Porque não utilizamos outros recursos próprios da Câmara para os outros projetos?”-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu nos seguintes termos:

“É uma questão de prioridades, nós neste momento temos obras em desenvolvimento, temos que ter os recursos financeiros para as alimentar. Os empreiteiros estão no terreno e nós temos os autos a cair todas as semanas no meu gabinete, temos que ter capacidade de resposta para isso.

Quando falo num plano de investimento nas freguesias, recorro que muitas das obras que estão a ser feitas, fazem parte desse plano desta primeira fase, portanto temos que executá-las, começamos a preparar conjuntamente com os Senhores Presidentes de Junta, temos que ir para o terreno e ver as necessidades, esta segunda fase não será de imediato como é óbvio, será para daqui a um ano ou dois, temos ainda muita coisa para fazer da primeira, daí a necessidade financeira.

De resto, explicar para o que é, basta visitar o nosso orçamento e verificar o conjunto de rubricas e obras que vão ser feitas, que lá estão.

Importa ainda referir que, o empréstimo que nós temos tem um período de carência até 2018 e portanto não foram consumidos recursos financeiros em termos de juros até ao seu acionamento global.”-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA E, ASSIM APROVAR A ALTERAÇÃO DA FINALIDADE DO EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, NOMEADAMENTO DOS PROJETOS E MONTANTES QUE INTEGRAM O REFERIDO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA.

Votaram a favor 17 membros do Grupo Político PSD, e os restantes Presidentes das Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia, num total de 22. Votaram contra 1 membro do Grupo Político da CDU e 4 membros do Grupo Político Juntos pela Nossa Terra, num total de 5. Absteram-se 3 membros do Grupo Político do PS.

Pelo Sr. Deputado Municipal Tito Evangelista, do Grupo Político do PS, foi apresentada a seguinte declaração de voto:

“Abstivemo-nos porque temos dúvidas quanto à alteração do fim do objeto do empréstimo, porque nos parece que a falta de vinculação que existe na alteração do fim a que se destina o empréstimo, presta-se a que possa ser utilizado “a la carte” pelo executivo Municipal.



Quando dissemos que íamos dar um voto de confiança ao Senhor Presidente da Câmara na sua gestão, queríamos dizer que lhe dávamos alguma carta-branca, mas nem tanto, o nosso voto de confiança não é ilimitado, temos por isso as nossas reservas e pedíamos que a Câmara prestasse contas, por isso em relação a esta alteração do empréstimo espero estar enganado.”-

Pela Sr.^a Deputada Municipal Tânia Mota, do Grupo Político do CDS, foi apresentada a seguinte declaração de voto:

“Voto favoravelmente, no pressuposto que a alteração não acarretará qualquer prejuízo para as freguesias.”-----

02.22 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE SOBRE OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2018 – ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 07 de dezembro de 2017, foi presente na sessão a proposta para o ano de 2018 do Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita.-----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o mesmo deu uma breve explicação do assunto.-----

Intervio de seguida o Sr. Deputado Municipal Albino Penteado Neiva, do Grupo Político do PPD-PSD, solicitando o esclarecimento que se transcreve:

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

O Executivo Municipal apresenta-nos para apreciação e votação os Documentos Previsionais para o Ano 2018 nomeadamente o Orçamento, as Grande Opções do Plano e o Mapa de Pessoal.

São, sem dúvida, documentos de maior importância e que merecem da Assembleia Municipal a maior atenção. Estamos perante um Orçamento que ronda os 28 Milhões de Euros, um dos mais elevados de sempre do nosso município o que significa maior investimento, uma vontade reforçada em continuar a desenvolver o nosso concelho, um reforço do Plano de Investimento nas Freguesias mas sempre com um princípio básico de pugnar pela estabilidade financeira da Câmara.

É clara a intenção do executivo em manter o apoio às famílias, aliviando a carga fiscal, alívio esse reflectido, por exemplo, na manutenção do valor mínimo legal do IMI acrescido do chamado IMI Familiar. O apoio ao sector económico e ao incentivo à criação de emprego, isenção de taxas de publicidade, taxas de ligação de água, de saneamento, a inexistência de derrama para as indústrias. Congratulamo-nos com a criação, a curto prazo, do Centro de Negócios que de certeza atrairá novos investidores.

Senhor Presidente da Câmara

O Grupo Político do PSD não tem dúvidas quanto ao seu voto. Porque queremos continuar a crescer e porque as suas opções, também nossas, são aquelas que representam a vontade da população do concelho não deixaremos de votar favoravelmente estes Documentos Previsionais.-----

Intervenção de seguida o Sr. Deputado Municipal Tito Evangelista, do Grupo Político do PS, solicitando o esclarecimento que se transcreve:

“O Senhor Presidente da Câmara quando estava a fazer a explicação do Orçamento e esteve a falar da realização do orçamento, nomeadamente um orçamento salvo erro de 2009 referindo que a concretização do mesmo ficou muito abaixo do orçamentado, disse que era um orçamento de ano eleitoral. Eu diria que este não é um orçamento de ano eleitoral, porque as eleições já foram, mas é o orçamento da “ressaca” eleitoral, portanto é o orçamento de todas aquelas obras que foram lançadas no final do mandato, que lhe granjearam votos e que, agora terão que ser pagas, porque neste momento é preciso pagar a fatura do ano eleitoral.

Eu só gostava de dizer ao Senhor Presidente da Câmara o seguinte, este orçamento ainda não dá resposta a muito daquilo que eu falei no início, que são grandes projetos, projetos estruturantes para Esposende.

E há coisas que custam dinheiro e que são fundamentais, nomeadamente a questão da atividade económica e a criação das zonas industriais e há coisas que não custam dinheiro que é por exemplo, anular já o licenciamento na zona industrial de Esposende de novas instalações para o comércio a retalho e isso o senhor pode fazer já caso queira, porque senão é completamente adulterado o fim para que foram criadas as zonas industriais.

Uma coisa que nos preocupa e foi falado aqui pelo Senhor Deputado Albino Penteado Neiva fez mais do que uma intervenção política, fez quase uma declaração de voto e um elogio do orçamento, o Centro de Negócios que ainda não está devidamente concretizado, pelo menos para mim, em que é que consiste e que já consumiu tantos recursos do município, quer em rendas num edifício que segundo me dizem, está abandonado ou pelo menos não está a ser usado, quer na aquisição de terrenos ao longo destes anos todos, que foram caros, para a edificação de um edifício que não existe, eu acho que era importante concretizar o custo-benefício desse Centro de Negócios e eu gostava de ter visto e de ver neste orçamento muito mais, no que diz respeito ao desenvolvimento económico que é uma das grandes pechas deste concelho que é a fixação de atividade económica suficiente, para que as pessoas de Esposende possam residir cá, trabalhar cá e formarem aqui as suas famílias.

E isso Senhor Presidente, nós que temos um grandíssimo número de emigrantes, muitos deles jovens, era muito importante, é muito importante que neste mandato a Câmara Municipal, se vire para a captação de investimento, para a criação de emprego no concelho e para que Esposende tenha um crescimento sustentado.

E para isso pode contar comigo e com o Partido Socialista, nós estaremos ao seu lado se quiser para o ajudar, para o incentivar, para o auxiliar nesse desiderato que é de todos.

E acho que, quanto mais desmunicipalizar a sociedade civil, quando falo na desmunicipalização da sociedade civil e eu explico, se nós formos ver, este concelho está cheio de associações como o Senhor Presidente disse, mas são associações que “mamam todas na teta” da Câmara, se o Senhor Presidente for ver, não há associação neste concelho quase, que não vá “mamar na teta” da Câmara, isso é municipalização da sociedade civil, porque depois quem “mama na teta” não pode tecer certas considerações porque senão a “teta” seca e o



Senhor Presidente percebeu bem aquilo que eu quero dizer.

A culpa não é sua, isto já é um método que vem detrás, mas é um método que não se altera e que é profícuo e depois quando analisamos as maiorias eleitorais, claro temos que pensar também com a participação da "teta", na votação final.

Por isso, Senhor Presidente eu queria deixar-lhe esta mensagem, invista claramente nas zonas industriais, faça com que Esposende deixe de ser uma coutada, o couto da especulação imobiliária e preocupe-se que, o que está a acontecer na zona industrial de Esposende é uma verdadeira coutada de especulação imobiliária, não tem nada a ver com interesse público, estão a misturar fábricas, com estabelecimentos de venda a retalho, andam pessoas no passeio enquanto passam camiões TIR na mesma altura, estão a poluir o ambiente onde há pessoas a circular, a fazer compras, tem que acabar com os restaurantes, cafés e com esse tipo de estabelecimentos comerciais de venda a retalho e com a ocupação de clientes, de cidadãos comuns e familiares e vocacionar a zona industrial para aquilo que ela foi feita e se fizer isso tem cá o nosso apoio."

Intervio de seguida a Sr.ª Deputada Municipal Tânia Mota, do Grupo Político do CDS, solicitando o esclarecimento que se transcreve:

"Dos documentos previsionais para o ano de 2018, a propósito da áreas de intervenção, a CM propõe-se proceder à aquisição dos terrenos que se mostrem necessários para a execução dos novos projectos, tomando como prioridade os que se destinarão à construção de parques empresariais, do Centro de Negócios, da Construção do Parque da Cidade (...).

Porque naquele documento do que se fala é da execução de novos projectos, temos de recordar um já "antigo" projecto. Antigo que em bom rigor o executivo assume que é novo, pese os custos associados serem já antigos ou pelo menos estarem já em curso há algum tempo.

Tudo isto para abordar o projecto relativo ao Centro de Negócios, que se por uma banda poderíamos considerar um projecto com base estruturante para o concelho, ao momento parece materializar-se apenas no pagamento da renda relativa ao espaço onde pelo menos por ora o município se propõe promover o seu desenvolvimento.

Assim, relevante se torna esclarecer qual o ponto de situação da execução desse projecto, nomeadamente, no que respeita ao custo que até ao momento o mesmo representa e aos correlativos proveitos para o nosso concelho.

Por outro lado, a aquisição dos terrenos para o centro de negócios está pensada para que local e estará para quando?

É até lá, o que se propõe o executivo fazer?

Por outro lado, veio a público que o município e a ACICE unem esforços para impulsionar o empreendedorismo, formação e emprego, inovação e promoção empresarial. Para tanto foi aprovado em reunião do executivo um acordo de cooperação com vista à promoção do desenvolvimento económico, com um apoio financeiro a atribuir à ACICE de 65.000.00€.

Relevante se torna pois, a bem da transparência, que o município esclareça e concretize as medidas que quer no âmbito do Centro de Negócios quer no âmbito deste acordo de cooperação vão ser adoptadas.

Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) que beneficiará as zonas urbanas de Apúlia, Fão, Esposende e Marinhãs.

Este programa foi apresentado durante o Verão do presente ano.



Dada a sua relevância para a reabilitação dos centros históricos de Apúlia, Fão, Esposende e Marinhas e nessa conformidade para a criação de investimento e fixação de pessoas nestas freguesias, qual o ponto de situação da execução do programa? Tem havido alguma evolução?

Qual o nível de interesse dos particulares e empresas na adesão ao programa?"-----

Intervio de seguida a Sr.^a Deputada Municipal Sandra Bernardino, do Grupo Político JUNTOS PELA NOSSA TERRA, nos seguintes termos:

"Temos cerca de trinta questões, são todas muito importantes e não queremos deixar nenhuma de lado, pelo que, e devido ao adiantar da hora e pelo respeito que temos pelas pessoas aqui presentes, vamos deixá-las para as próximas sessões."-----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, esclareceu nos seguintes termos:

"Em relação à intervenção do senhor deputado Tito Evangelista, independentemente de tudo eu já disse que nós não regiamos a nossa atuação pelos calendários eleitorais, portanto logo que tivemos oportunidade avançamos com todos os projetos e todas as obras que tínhamos em andamento, nunca foi dentro desse tipo de lógica, foram os "timings" que foram permitidos pelo enquadramento financeiro e pelo desenvolvimento dos projetos. Eu apresentei aqui algumas vezes, em orçamentos um valor significativo para projetos, aliás continua a constar deste orçamento também e acusavam-me de ter muito dinheiro para projetos, mas como é que nós podíamos ter obras em andamento no futuro se não desenvolvêssemos os projetos de forma prévia? Portanto, foi sempre nessa lógica de, ter dinheiro para os projetos, desenvolver os projetos, colocar as empreitadas em andamento que é difícil porque tem concursos públicos, tudo isso, com vistos do Tribunal de Contas e acabaram por aparecer quando tiveram que aparecer.

Quanto à questão das associações e dessa municipalização, isto é um problema que decorre do sistema democrático em que vivemos, porque repare, as associações em si mesmo se tivessem um financiamento, onde é que vão buscar fundos para as suas necessidades? Não têm.

Repare, as associações vivem todas com muitas dificuldades, nós não temos outra forma que não seja apoiá-las, porque elas todas têm um fim muito válido, sejam elas de natureza cultural, social, seja desportivo, não temos outra forma, se isso provoca dependência ou não, eu confesso-lhe que nem me parece que seja tanto assim, porque há muitas associações que eu reconheço que não nutrem uma grande simpatia por mim, ou pelo executivo municipal, portanto não vá por aí. Temos de tudo, se calhar em termos percentuais até há algumas que acham que nós desenvolvemos um bom trabalho, mas também há outras que não morrem de amores por nós. Ademais, há uma questão concreta, os nossos apoios são dados com critérios de total transparência, venha a primeira que diga que o executivo municipal não aprovou qualquer coisa por qualquer questão relacionada com política. Pode existir esse sentimento por parte dos dirigentes, mas acredite e sabe bem que é assim, nós não exercemos essa pressão sobre as pessoas. Nós estamos aqui é para trabalhar, nós analisamos os pedidos que nos fazem e dentro do enquadramento financeiro que temos, se tivermos oportunidade de ajudar, ajudamos naturalmente e as pessoas ficam gratas, eu se fosse Presidente de uma associação, já fui dirigente e quando pedimos um apoio à Câmara, ou à Tutela, ou ao Estado e nos dão o apoio, ficamos contentes é verdade, aliás, eu neste momento tenho essa dívida acredite, para com o próprio Governo atual, tenho que o dizer.



Há dias recebi cá o Senhor Ministro do Ambiente e é um homem que tem ajudado o município de Esposende, temos que dizer a verdade. A obra do molhe está lá, foi ele que nos ajudou, estamos a desenvolver um conjunto de obras relativas às ecovias, claro que sentimos sempre essa gratidão por quem ajuda o meu concelho, é tão simples quanto isso, admito que seja um sentimento parecido, mas daí até isso me fazer votar no partido socialista nas próximas legislativas, vai um longo caminho, acredite, da mesma forma que eu acredito que as pessoas apesar de nutrirem simpatia pelas nossas atitudes não vão votar em nós só por causa disso.

Quanto às zonas industriais nós sofremos de um problema estrutural, a questão é que, porventura em tempo próprio, poderia ter havido o desenvolvimento de uma estratégia de aquisição de terrenos, eu diria antes dos instrumentos de planeamento entrarem em vigor, ou seja, a partir do momento em que nós na discussão do Plano Diretor Municipal, ou na elaboração, na feitura do Plano definimos que uma determinada zona vai passar a ter capacidade construtiva, nomeadamente uma zona industrial, nós estamos, nós mesmos, os decisores, estamos a provocar ali um "problema", quando, a única entidade que sabe o que vai acontecer verdadeiramente no PDM, acaba por ser o município, naturalmente que, nessa fase ou numa fase de revisão poderia existir se existissem as condições financeiras também para tal, isto no campo teórico, uma aquisição prévia de determinados terrenos classificados como agrícolas ou em reserva ecológica para onde nós soubéssemos que iria alargar, podem dizer isso não é muito ético, talvez não fosse, talvez estivéssemos a enganar os proprietários dos terrenos e isso não é uma atitude muito ética, mas, de uma forma geral nós estaríamos a salvaguardar os interesses coletivos do nosso município e ficaríamos na posse de terrenos que depois valorizaríamos a seguir para a comunidade, enfim, isto é discutível, mas era a única forma, a partir do momento em que nós tornamos público que, determinado terreno vai passar a ter capacidade construtiva, seja para zona industrial, seja para o que for, nós é que o inflacionamos, fomos nós.

Quanto às atividades na zona industrial, muitas delas são compatíveis com a atividade industrial e quando diz para encerrar o restaurante, não sei se é tanto assim, porque os trabalhadores têm que ter onde ir comer e muitas empresas não têm cantina, portanto há um ou outro serviço que é compatível com aquilo. A atividade comercial de retalho como diz, porventura não teria tanto enquadramento mas, não é caso único, como sabe há muitas zonas industriais que se desenvolvem de forma mista, hoje são mais consideradas zonas empresariais do que zonas industriais propriamente ditas.

Também é preciso reforçar aqui uma coisa, o município de Esposende não é, porque não tem dimensão para tal, um município com uma vocação industrial. Nós estamos totalmente recetivos a receber as empresas que para aqui quiserem vir, de preferência, micro e pequenas empresas, que andem à volta de cem, cento e cinquenta trabalhadores no máximo. Eu digo isto porque teremos um tecido industrial muito mais diversificado, no caso de haver uma crise num setor qualquer, como já existiu num passado mais recente, não teremos dramas sociais associados ao desemprego, de preferência, se me disserem há uma empresa que quer criar aqui mil postos de trabalho vai recusar? Não, se não tiver nenhum problema ambiental, tomara eu acolhê-la, mas nós não temos dimensão, repare para instalar uma empresa dessas, vai precisar de uma área de vinte, trinta, quarenta mil metros quadrados, isso custa uma fortuna e afasta os investidores, tem sido assim. Nós temos tido várias empresas interessadas em instalar-se cá e quando tentam negociar a aquisição dos terrenos, pertencem a cinquenta proprietários e torna-se impossível negociar em tempo útil, essas empresas quando vêm querem resolver rápido, não querem ficar à espera que os proprietários decidam vender,



querem chegar, comprar e avançar e a bom preço, porque há municípios que de forma concorrencial até oferecem os terrenos e muitas vezes até fazem as contas iniciais, vêm com um "plafond" definido pelo investidor e se o custo do terreno for elevado, já não conseguem construir a empresa e isto é a realidade do dia-a-dia.

Há problemas estruturais, mas não é tudo negativo, nós temos muitas empresas que ampliaram as suas instalações aqui no nosso concelho, temos projetos metidos na Câmara para implementação de novas empresas no concelho e, mais do que isso, eu recordo que, nós temos um índice de desemprego neste momento, temos novecentas pessoas inscritas no centro de emprego, como desempregados, numa população ativa de dezassete mil habitantes, qualquer coisa como 5,29%. Viana do Castelo tem um índice de desemprego superior ao nosso.

A questão é aqueles que possam vir e que possam trazer massa crítica a Esposende, mas é por aí, a nossa estratégia passa por aí e não vale apenas alongar-me mais sobre esta matéria.

Da Senhora Deputada Tânia Mota, posso-lhe dizer que temos intenção de investir na zona industrial de Fão, na construção de uma rua que possa vir a fazer um pouco o que fez a atual Av. Sá Carneiro na zona industrial, permitir que se fixem ao longo dessa via, empresas, estamos a ver se conseguimos apoio para isso.

A zona industrial de Curvos, o Pólo de Curvos temos lá uma propriedade do município com cerca de trinta e dois mil metros quadrados e temos neste momento a possibilidade de reaproveitar esse espaço para a fixação de empresas.

Estamos a desenvolver o projeto neste momento, a ideia é infraestruturar para depois vender.

Está lá, está a ser utilizado como estaleiro da Câmara Municipal e portanto se pudermos permitir que se fixem lá empresas será ótimo.

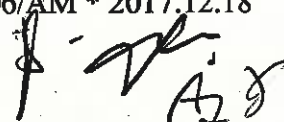
O que estamos a fazer neste momento é um projeto de execução para a via, sendo que o terreno já é nosso, portanto é uma via que já existe e serve o terreno, de maneira a que possamos ficar ali com três terrenos de dez mil metros quadrados o que seria ótimo para fixar ali duas ou três empresas.

A localização não é a melhor mas, o terreno será imensamente mais barato porque será vendido por nós, sendo que com a venda do terreno pretendemos recuperar o dinheiro da execução das infraestruturas e a geração de emprego será mais do que bom para o município de Esposende.

De resto, criamos um conjunto de medidas de apoio à fixação das empresas cá no concelho, com benefícios fiscais, etc. Tentamos ter os mesmos instrumentos que os outros municípios têm, temos o problema dos terrenos, é um facto mas, quanto a isso não posso fazer grande coisa.

Quanto ao Centro de Negócios, Centro de Negócios mesmo, será um edifício a construir num terreno que adquirimos já, na zona do Mercatlas.

Só que, de acordo com uma candidatura que apresentamos à Agência Nacional de Inovação, para esses equipamentos tem que haver uma espécie de mapeamento prévio, para podermos aspirar ter um apoio para um equipamento desses, temos que mostrar à Tutela, nomeadamente à Agência Nacional de Inovação, que estamos a trabalhar já nessa área, daí que houve essa necessidade de se encontrar um espaço para começarmos a trabalhar essa área do empreendedorismo e do apoio às empresas e é só por isso, porque em tempo útil nunca conseguiria, aliás com que recursos, tínhamos que fazer mais um empréstimo, podemos fazer é uma questão de opção, mais dois ou três milhões de euros e lá temos o nosso Centro de Negócios, mas não era bem esse o ritmo que eu queria implementar. Temos o edifício, é um edifício central, é verdade tem que sofrer algumas alterações, mas ainda não pudemos avançar



com as mesmas porque implica um projeto, adaptação do edifício em várias áreas que não é só em termos de redes, tivemos que desenvolver o projeto e aquilo que eu quero deixar aqui bem claro é que nós estamos a renegociar com o proprietário do imóvel, a renda para que o município não saia prejudicado pelo tempo em que não esteve a ocupar o edifício e é bom que isso fique bem claro, porque diz-se muita coisa lá fora, as pessoas são muito rápidas a julgar e acho que deviam ter alguma calma nessas apreciações. O Presidente da Câmara não está aqui para fazer favores a ninguém, nem para delapidar o património do município, são circunstâncias que nos empurraram para isto. Eu não podia desenvolver um projeto, contratualizar um projeto para um edifício que não tinha nenhum vínculo com a Câmara, eu tive que arrendar o edifício, depois desenvolver o projeto e agora temos que lançar uma empreitada, vamos fazer as obras lá dentro, vamos renegociar o contrato e ver as condições em que podemos não prejudicar o município, tão simples quanto isto e o Centro de Negócios irá aparecer. Daremos apoio em parceria com as instituições que estão ligadas a esta área, nomeadamente a ACICE, daremos apoio aqueles jovens que queiram ser empreendedores e queiram entrar para ali a todo um conjunto de apreciação de outros serviços.

Entretanto, decorre paralelamente a aquisição de terrenos para o novo espaço e esse nosso mapeamento junto da Agência Nacional de Inovação, surgindo trataremos da mudança, não quer dizer que o próprio edifício, o município tem extrema necessidade do edifício para os próprios serviços municipais, nunca será um mau “negócio” para o município, porque nós temos essa necessidade e poderemos abdicar de outros espaços que temos arrendados e relocar os serviços lá dentro daquele edifício, isto numa fase que pode ser de construção do novo edifício, enquanto estivermos no outro.

Quanto ao acordo que temos com a ACICE ele não é novo, já o temos feito ao longo dos últimos anos, passa por apoiar um conjunto de iniciativas desenvolvidas por parte da Associação Comercial e Industrial do Concelho de Esposende, que entendemos que podem ser desenvolvidas por eles, este ano com a novidade da iluminação de natal que foi da responsabilidade da ACICE, por isso aquele valor, caso contrário teria sido um valor mais baixo.

De repente, parece que o Presidente da Câmara, ou a Câmara Municipal não pode ter uma boa relação com a Associação Comercial, era o que faltava a Câmara voltar as costas a uma associação que representa mil e tal associados, ligados ao comércio, à indústria, etc, só temos é que apoiar e as associações vivem com dificuldades como todos sabemos, em tempos foram muito financiadas pela formação, hoje esse processo de formação está completamente alterado, portanto têm bastantes dificuldades em sobreviver, mas prestam serviços importantíssimos aos nossos comerciantes e a todos aqueles que prestam serviços às populações, portanto este apoio será para continuar e até por ventura será para dilatar, desde que haja a colaboração por parte da associação naquilo que nós precisamos, a colaboração no centro de negócios essa é efetiva, não tenho dúvida nenhuma até porque eles têm muita mais experiência nesta área do que nós, caso contrário estaríamos a perder “know-how” relativamente a esta matéria.

Quanto ao PERU, assim de forma muito sintética posso dizer-lhe que vai agora a Reunião de Câmara, a aprovação da estratégia do PERU para ser remetido aqui à Assembleia Municipal de Fevereiro.”-----

O Sr. Deputado Municipal Tito Evangelista, do Grupo Político do PS, solicitou novamente a palavra para referir:



“Só para dizer ao Senhor Presidente da Câmara no que diz respeito à questão das associações que eu, fui Presidente do Fórum Esposendense e nunca pedi um euro à Câmara, na altura eram escudos, construí a Catraia, fundei a ACICE, fiz uma quantidade de iniciativas, todas as semanas tínhamos iniciativas em Esposende, fazíamos a meia-maratona de Esposende, fazíamos torneios de basquete, sem subsídios nenhuns, trouxemos cá o Vitorino de Almeida, na altura fomos nós que fizemos a promoção do PDM, portanto o que há hoje é uma cultura instalada de que a Câmara dá, e não pode dar de qualquer maneira e se nós fossemos falar de alguns subsídios a algumas instituições do concelho, fariam corar as pessoas que falam hoje da Raríssimas, portanto é melhor ficarmos por aí.

Quanto à questão do PDM, a Câmara alterou o PDM, alargou a Zona Industrial de Esposende, podia ter comprado aqueles terrenos, porque é que não comprou os terrenos agrícolas e alargou depois a zona industrial para lá? Nesse aspeto o Senhor Presidente da Câmara perdeu uma oportunidade e podia tê-lo feito.

Depois, eu acho que há uma coisa importante e que nos deve unir a todos e é urgente, é imperioso que Esposende se desenvolva em termos económicos para fixar cá população e para chamar os nossos emigrantes, muitos deles jovens para cá, era importante para dar movimento ao comércio, aos serviços, dar receitas municipais e fazia com que as pessoas regressassem a casa.”-----

O Senhor Presidente da Câmara, esclareceu nos seguintes termos:

“Não é verdade que o pudéssemos ter feito na altura, porque as plantas de RAN e REN estavam fechadas no processo de revisão do PDM desde 2006, 2007 se não estou em erro e portanto, não era possível mexer na delimitação da REN aprovada, isso seria voltar a abrir o processo todo, quando a nossa vontade era encerrá-lo.”-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, APROVAR OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2018 – ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO, MAPA DE PESSOAL E AS AUTORIZAÇÕES CONSTANTES DAS NORMAS DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO.---

Votaram a favor 17 membros do Grupo Político PSD, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Forjães, Vila Chã, Gemeses e União de Freguesias de Apúlia e Fão, num total de 21. Votaram contra 1 membro do Grupo Político da CDU e 4 membros do Grupo Político Juntos pela Nossa Terra, num total de 5. Abstiveram-se 3 membros do Grupo Político do PS e 1 membro do Grupo Político do CDS, num total de 4.-----

Apresentaram declaração de voto os Senhores Deputados Municipais a seguir referidos:

O Sr. Deputado Municipal Tito Evangelista, do Grupo Político do PS, referiu:

“Abstemo-nos para dar um voto de confiança a esta maioria.”-----

O Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Apúlia e Fão, referiu:

“Voto a favor porque na realidade o Plano versa algumas questões que foram discutidas entre o Senhor Presidente da Câmara e o Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Apúlia e Fão, na sequência de um documento de comprometimento que esta junta faz questão de enviar no início dos mandatos. Nesse sentido e também folgo e gostamos de ter

ouvido já aqui o Senhor Presidente falar da Escola do Facho e da Estação Radionaval, mas, lanço aqui mais um desafio ao Senhor Presidente que tem a ver com a questão de a nossa junta padecer com alguns gastos/despesas que não devia ter e que tem a ver com alguma disponibilidade de espaços que a Câmara Municipal tem nas freguesias, que podia perfeitamente ceder, ou arranjar forma de ceder à união de freguesias, para que esta não consumisse recursos económicos mensais com o aluguer de espaços, falo por exemplo das garagens das Pedreiras, ou falo até da Escola das Pedreiras que podia ser uma boa solução para a Câmara Municipal e acabou por beneficiar os bombeiros voluntários de Fão.

Lanço também aqui um desafio, na sequência daquilo que foram também as palavras do Senhor Presidente da Câmara na Gala de Desporto, que foi apresentada num espaço que na realidade é muito pequeno como o senhor Presidente admitiu, aliás foi também uma sugestão do Partido Socialista para o Plano de atividades da Câmara que tem a ver com a necessidade de um Pavilhão Multiusos e há uma sugestão por parte da Junta de Fão, já que há uma tradição em Fão, de várias modalidades desportivas, temos a patinagem artística, o hóquei de Fão a ADE com o basquetebol, as danças urbanas e uma série de eventos que acontecem ao longo do ano por todo o concelho, há já uma tradição que podia ser mantida e o pavilhão multiusos podia nascer na zona onde neste momento já existe o Pavilhão Gimnodesportivo.

Outro desafio e que é um desafio consciente, tem a ver com o Monumento ao Combatente da Guerra do Ultramar, nós temos uma iniciativa na freguesia que já vai no nono ano e também seria bom a descentralização no que diz respeito a estas homenagens e por isso gostaríamos que esse monumento fosse para lá.

Temos depois duas ou três questões que dizem respeito a Apúlia, que tem a ver com a necessidade da máquina Retroescavadora para os caminhos agrícolas e também para as questões das areias marítimas, o mercado do peixe que sempre vai avançar em termos de obras e a questão do Pérola, nesse sentido tem o meu voto favorável dos Documentos Previsionais.”-----

A Sr.^a Deputada Municipal Tânia Mota, do Grupo Político do CDS, referiu:

“Abstenho-me na expectativa de que sendo o orçamento mais realista de sempre, mereça por parte do executivo municipal um maior comprometimento na respetiva execução das previsões. Abstenho-me também porque há algumas medidas propostas com as quais não concordo e na devida altura tirarei as minhas dúvidas.”-----

02.23 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 07 de dezembro de 2017, foi presente na sessão Proposta para a fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2018, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 25º da lei 75/2013, de 12 de setembro. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita.-----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o mesmo deu uma breve explicação do assunto.-----

Intervenção de seguida o Sr. Deputado Municipal Tito Evangelista, do Grupo Político do PS, solicitando o esclarecimento que se transcreve:

“Eu concordo com as taxas fixadas, não concordo com esta justiça cega. A justiça social deve ser feita de acordo com as necessidades económicas efetivas de cada família. Não concordo que todos tenham o mesmo desconto económico, não devia ser igual para todos.”-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu nos seguintes termos:

“Eu compreendo a questão que coloca, mas isto decorre diretamente da lei, o IMI familiar foi criado como medida de promoção de apoio à família e não pode ser de outra forma.”-----

Intervenção de seguida a Sr.ª Deputada Municipal Tânia Mota, do Grupo Político do CDS, solicitando o esclarecimento que se transcreve:

“A proposta do executivo municipal, sem dúvida é de louvar, na medida em que se traduz na adopção da taxa mínima que lhe é possível fixar.

Porém, não podemos deixar de lembrar que apesar de a taxa ser a mínima, a receita do município proveniente do IMI é consideravelmente elevada em função do valor patrimonial tributário dos imóveis sitos no nosso concelho.

Vê-se que a dotação prevista para o ano de 2018 corresponde a 4.287.600,00€, tendo por base a taxa de 0,30%.

Se tivermos em consideração a taxa aplicável no ano de 2013, que correspondia a 0,35% e considerarmos ainda a receita do município a este título, percebemos que então correspondia a 3.991.997,85€.

Ou seja, o município pelo facto de ter baixado a taxa e de actualmente fixar a taxa mínima não perdeu receita.”-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E, ASSIM, FIXAR A TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE 2017 EM 0,30%.-----

MAIS DELIBEROU A REDUÇÃO DA TAXA DE IMI DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE, COINCIDENTE COM O DOMICÍLIO FISCAL DO PROPRIETÁRIO, EM FUNÇÃO DO NÚMERO DE DEPENDENTES QUE, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO CÓDIGO DO IRS, COMPÕEM O AGREGADO FAMILIAR DO PROPRIETÁRIO, EM: A) € 20 PARA 1 DEPENDENTE A CARGO; B) € 40 PARA 2 DEPENDENTES A CARGO; C) € 70 PARA 3 DEPENDENTES A CARGO.-----

DELIBEROU AINDA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO Nº 19 DO ARTIGO 71º – INCENTIVOS À REABILITAÇÃO URBANA - DO ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS (EBF): A) ISENTAR DE IMI OS PRÉDIOS URBANOS OBJETO DE AÇÕES DE REABILITAÇÃO NOS TERMOS DA RESPECTIVA ESTRATÉGIA DE REABILITAÇÃO DO MUNICÍPIO, POR UM PERÍODO DE CINCO ANOS, A CONTAR DO ANO, INCLUSIVE, DA CONCLUSÃO DA MESMA REABILITAÇÃO, PODENDO SER RENOVADA POR UM PERÍODO ADICIONAL DE CINCO ANOS, CONFORME DISPOSIÇÕES DO Nº 7 DO ARTIGO 71º DO EBF; B) ISENTAR DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE TRANSAÇÕES AS AQUISIÇÕES DE PRÉDIO URBANO OU FRAÇÃO AUTÓNOMA DE PRÉDIO URBANO DESTINADO EXCLUSIVAMENTE A

HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE, NA PRIMEIRA TRANSMISSÃO ONEROSA DO PRÉDIO REABILITADO, QUANDO LOCALIZADO NA “ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA”, CONFORME DISPOSIÇÕES DO Nº 8 DO ARTIGO 71º DO EBF. TENDO PRESENTE AS COMPETÊNCIAS CONFERIDAS AOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS RELATIVAMENTE ÀS TAXAS A APLICAR NA ÁREA DO MUNICÍPIO REFERENTES AO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, COMPETÊNCIAS ESTAS CONSAGRADAS NO ARTIGO 112º DO CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, APROVADO PELO DECRETO-LEI Nº 287/2003, DE 12/11.-----

Votaram a favor 17 membros do Grupo Político PSD, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Forjães e Vila Chã, 1 membro do Grupo Político do CDS, 1 membro do Grupo Político da CDU e 4 membros do Grupo Político Juntos Pela Nossa Terra, num total de 25. Abstiveram-se 5 membros do Grupo Político do PS.-----

Pelo Sr. Deputado Municipal Tito Evangelista, do Grupo Político do PS, foi apresentada a seguinte declaração de voto:

“Abstemo-nos porque embora a Câmara Municipal fixe a taxa no mínimo e conceda benefício a quem tem dependentes, de duvidosa justiça social, há uma questão essencial que é o valor tributável dos prédios nas zonas urbanas em Esposende que é exorbitante, o que os leva a que por muito baixa que seja a taxa aplicada pela Câmara Municipal, o valor que as pessoas pagam é sempre muito elevado, daí a razão da nossa abstenção. A Câmara deveria fazer uma reavaliação de todos os imóveis.”-----

02.24 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2018, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

Foi presente na Sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 07 de dezembro de 2017, solicita à Assembleia Municipal que fixe a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem em 0,25% para o ano de 2018. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente Sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o mesmo deu uma breve explicação do assunto.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E ASSIM FIXAR EM 0.25% A TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM A APLICAR EM 2018. -----

Votaram a favor 17 membros do Grupo Político PSD, 1 membro do Grupo Político do CDS-PP, 4 membros do Grupo Político Juntos Pela Nossa Terra e os Presidentes de Junta das Freguesias de Vila Chã e Forjães, num total de 24. Abstiveram-se 5 membros do Grupo Político do PS. Votou contra o membro do Grupo Político da CDU.-----

02.25 - APRECIACÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA O ANO DE 2018, NOS TERMOS DO Nº 2 DO ARTIGO 26º DA LEI 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO.-----

Foi presente na Sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 07 de dezembro de 2017, solicita à Assembleia Municipal que se mantenha o valor fixado para os anos anteriores, ou seja, uma participação variável de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Esposende, relativa aos rendimentos do ano de 2018. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente Sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o mesmo deu uma breve explicação do assunto.-----

Inteiveio de seguida o Sr. Deputado Municipal Tito Evangelista, do Grupo Político do PS, solicitando o esclarecimento que se transcreve:

“Há pouco falou de justiça fiscal, aqui o IRS é progressivo, se o Município prescindisse de uma parte, isso sim, podia ser uma atração para as pessoas se fixarem aqui, para que as pessoas mudassem para cá o seu domicílio fiscal e assim ia buscar muito mais receitas.”-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu nos seguintes termos:

“Eu posso comparar o município de Esposende com Famalicão, Famalicão é um dos municípios com maior indústria e cobra derrama, cerca de 1,2 % que lhe dá dezenas de milhões de euros, claro, se nós aplicássemos derrama de 1,1% íamos buscar um milhão e quatrocentos mil euros de receita, tendo em conta aquilo que são o volume de negócios.

Têm um município industrializado em que as empresas não vão obviamente sair de lá e portanto aplicam a derrama sobre as empresas, vão buscar uma verna considerável e até podem fazer uma política social, até podem dar um subsídio a cada munícipe se quiserem porque têm dinheiro para isso.

O problema é que nós não podemos abdicar de tudo senão a dada altura vamos começar a ter que falhar em relação aos compromissos que temos com as instituições e com as juntas de freguesia.”-----

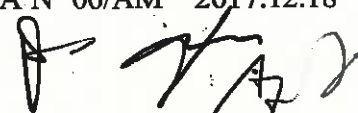
Inteiveio de seguida a Sr.ª Deputada Municipal Tânia Mota, do Grupo Político do CDS, solicitando o esclarecimento que se transcreve:

“O Senhor Presidente acabou de dizer que não pode abdicar de todas as receitas, mas poderá abdicar de algumas despesas. Não poderia o Município desagrarar aqui alguma carga fiscal, cortando nalgumas iniciativas/atividades que são feitas no verão, que trazem cá muita gente, mas que acaba por só consumir um café e entupir o trânsito?

São questões de prioridades e parece-me que falha aqui esta questão de devolver rendimento às famílias do Concelho.”-----

Inteiveio novamente o Sr. Deputado Municipal Tito Evangelista, do Grupo Político do PS, solicitando o esclarecimento que se transcreve:

“Famalicão era muito mais pequeno que Barcelos, hoje é exatamente ao contrário, cresceu muito, fruto de uma política atrativa agressiva de atração de empresas.



A fixação de empresas não tem a ver com o preço dos terrenos senão fixava-se todas no interior onde até dão os terrenos, mas não vão para lá porque não têm condições de acessibilidade e se eles vão para Famalicão é porque têm à volta uma rede de fornecedores, clientes, etc, que faz com que as empresas vão para lá.

Isto tem efeito multiplicador e umas, fixam outras.

O Senhor Presidente diz que não podemos prescindir de toda a receita, claro que não, é preciso é ser criativo, ser mais justo socialmente e promover o crescimento do concelho.

O concelho de Famalicão não baixou o IRS para perder receita, mas antes, para captar pessoas.”-----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu à Sr.^a Deputada Tânia Mota, nos seguintes termos:

“Eu compreendo são as ditas opções políticas, é abdicarmos de um determinado tipo de prática e neste caso da promoção turística do concelho que é uma aposta fortíssima no desenvolvimento económico e eventualmente, quando estamos a falar de eventos também estamos a falar de turismo, porque vamos marcando uma imagem no território, da mesma forma que Famalicão é um concelho eminentemente industrializado e tem essa imagem de marca, nós temos uma outra componente, abdicar de despesa nessa área quando temos fortes apostas nessa área no desenvolvimento do concelho, apenas para ter folga para baixar no IRS, eu acredito sinceramente que a atividade cultural, tudo isso que se vai passando em volta do concelho é muito mais importante para cativar pessoas, tenho sérias dúvidas e se fizermos contas ao rendimento não é tanto quanto isso, não acredito que isso fará as pessoas mudarem de opinião para vir ou não morar para Esposende, acho que há muitos outros fatores diferenciadores que poderão fixar a população.”-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E, ASSIM, APLICAR DURANTE O ANO DE 2018 UMA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE 5% NO IRS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO NÚMERO 2 DO ARTIGO 26º DA LEI Nº 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO.-----

Votaram a favor 17 membros do Grupo Político PSD, e os Presidentes de Junta de Freguesia de Vila Chã e Forjães, num total de 19. Votaram contra 3 membros do Grupo Político do PS, o membro do Grupo Político da CDU, o membro do Grupo Político do CDS e 4 membros do Grupo Político Juntos Pela Nossa Terra, num total de 9. Abstiveram-se os Presidentes de Junta de Freguesia de Gemeses e da União de Freguesias de Apúlia e Fão, num total de 2.-----

Pelo Sr. Deputado Municipal Tito Evangelista, do Grupo Político do PS, foi apresentada a seguinte declaração de voto:

“Votamos contra, porque achamos que a proposta é socialmente injusta e é contraditória com outras benesses dadas pelo município, nomeadamente a nível de taxas e tarifas. Não faz sentido aplicar a tarifa familiar a proprietários, a nível de IMI, não faz sentido isentar taxas de esplanadas e outro tipo de tarifas e taxas municipais e depois num imposto universal como é o IRS onde a autarquia podia fazer alguma justiça social, a autarquia não mexer nele e ter uma posição completamente fechada relativamente ao IRS.

Esperamos que seja a última vez que o PS vai votar contra este imposto e que o Senhor Presidente no próximo ano estude uma melhor solução, que permita ao município manter a receita fiscal e ser mais justo socialmente, nomeadamente a nível do IRS.-----

Pela Sr.^a Deputada Municipal Tânia Mota, do Grupo Político do CDS, foi apresentada a seguinte declaração de voto:

"Voto contra, de acordo com o exposto na minha intervenção aquando da discussão deste ponto."-----

02.26 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ISENÇÃO DE TAXAS PELA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E PUBLICIDADE, QUANDO CONEXAS A QUALQUER ATIVIDADE ECONÓMICA, PARA O ANO DE 2018, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

Foi presente na Sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com sua deliberação tomada em 07 de dezembro de 2017 solicita à Assembleia Municipal autorização para a isenção do pagamento das taxas de ocupação do espaço público e publicidade, quando conexas a qualquer atividade económica, no período entre 1 de janeiro de 2018 e até aprovação e entrada em vigor do Regulamento Municipal de Ocupação do Espaço Público e Publicidade que se encontra em revisão. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente Sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o mesmo deu uma breve explicação do assunto.-----

Intervio de seguida o Sr. Deputado Municipal Tito Evangelista, do Grupo Político do PS, solicitando o esclarecimento que se transcreve:

"Há uma coisa que tenho que dizer, há uma esplanada completamente clandestina em Ofir à qual já foi dada uma ordem de demolição por parte da Câmara e aquilo continua igual. Aquilo é horrível, quer do ponto de vista estético, quer do ponto de vista comercial, que prejudica os comerciantes vizinhos. Fica mal à Câmara Municipal manter aquilo ali, num sítio de excelência uma coisa horrível daquelas, por isso Senhor Presidente apelo à sua autoridade. Espero na próxima reunião não ter que voltar a falar nisto."-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu nos seguintes termos:

"Isto é um assunto recorrente na Assembleia Municipal, eu já estive em risco foi por tentar demolir, a dada altura agendei a demolição e recebi uma notificação do juiz diretamente, a dizer que se eu toca-se naquilo estava a cometer um crime, porque entretanto entrou uma providência cautelar e não me deixaram de todo fazê-lo e foi só por isso que não foi demolido. Caducou a providência cautelar, foram novamente notificados da demolição e temos agendada uma nova demolição da dita esplanada."-----

Intervio de seguida a Sr.^a Deputada Municipal Sandra Bernardino, do Grupo Político JUNTOS PELA NOSSA TERRA, solicitando o esclarecimento que se transcreve:

"É ou não verdade que a Câmara não tem cobrado esta taxa porque não o pode fazer?"

É ou não verdade que não tem cobrado estas taxas porque o Código Regulamentar do Município não cumpre a lei habilitante desde 2013?"-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu nos seguintes termos:

"Isso é uma questão do foro jurídico, eu poderei perguntar aos serviços e eles poderão esclarecer essa situação, nunca foi isso que nos levou a abdicar dessa receita, foi claramente uma medida de apoio aos estabelecimentos. É verdade que estamos a desenvolver um novo regulamento de ocupação de espaço público, é verdade que, a determinada altura compilamos todos os regulamentos e transformamos num código, em boa verdade não terá sido uma boa opção e entendemos que era mais lógico trabalhar documento a documento e vamos fazer isso."-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA NOS TERMOS APRESENTADOS, E ASSIM CONCEDER A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E DE PUBLICIDADE PREVISTAS NOS ARTIGOS 31º, 34º, 35º, 36º, Nº 1 E Nº 4 DO ARTIGO 37º E ARTIGO 39º A DO CAPÍTULO V DO ANEXO VIII DA TABELA DE TAXAS E PREÇOS MUNICIPAIS, NO PERÍODO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2018 E ATÉ APROVAÇÃO E ENTRADA EM VIGOR DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E PUBLICIDADE.-----

Votaram a favor 17 membros do Grupo Político PSD, 5 membros do Grupo Político do PS, 4 membros do Grupo Político Juntos Pela Nossa Terra, 1 membro do Grupo Político do CDS e os Presidentes de Junta de Freguesia de Vila Chã e Forjães. Votou contra o membro do Grupo Político da CDU.

Pela Sr.^a Deputada Municipal Tânia Mota, do Grupo Político do CDS, foi apresentada a seguinte declaração de voto:

"Voto favoravelmente, no pressuposto de que os serviços municipais fiscalizem e acompanhem o cumprimento das Normas do Regulamento."-----

02.27 - APRECIACÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA TRANSMISSÃO DA SUA PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL DAS ÁGUAS DO NORTE, NOS TERMOS DO ARTIGO 7º DO DECRETO-LEI Nº 93/2015, DE 29 DE MAIO.-----

Foi presente na Sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com sua deliberação tomada em 07 de dezembro de 2017 solicita à Assembleia Municipal autorização para propor à sociedade Águas do Norte, SA a transmissão das ações de que o Município é detentor, nos termos do artigo 7º do decreto-lei nº 93/2015, de 29 de maio. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente Sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita.

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o mesmo deu uma breve explicação do assunto.

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA NOS TERMOS APRESENTADOS, E ASSIM PROPOR À SOCIEDADE ÁGUAS DO NORTE, SA A TRANSMISSÃO DE 313.020,00 AÇÕES, NOS TERMOS DO ARTIGO 8º DO DECRETO-LEI Nº 93/2015, DE 29 DE MAIO.-----

02.28 - DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO DA EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, EM, SOB PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DO Nº 3 DO ARTIGO 26º DA LEI 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 07 de dezembro de 2017, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal designe, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 26º na Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, o Fiscal Único da EAMB - Esposende Ambiente, EM. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o mesmo deu uma breve explicação do assunto.-----

Intervio de seguida o Sr. Deputado Municipal Tito Evangelista, do Grupo Político do PS, tendo referido:

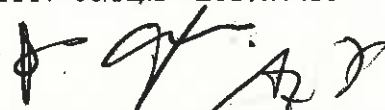
"Não está aqui em causa ser A, B, ou C, gostava apenas de saber se é feito algum concurso, se são pedidas propostas para saber porquê aquele e não outro qualquer. Devia haver sempre um concurso público, não tem a ver com a legalidade, tem a ver com uma questão de transparência, ficava bem abrir um concurso, é uma questão de lisura, fica com essa dica para a próxima."-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu nos seguintes termos:

"Do conhecimento que eu tenho não é feito concurso absolutamente nenhum é um convite, mas o valor também é, por aquilo que me é indicado um valor bastante baixo, portanto estará dentro da legalidade e aqui o que releva é a competência da entidade e a confiança que existe na entidade ao longo destes últimos anos, têm feito um trabalho extraordinário, colaboram muito connosco na elaboração dos documentos previsionais, portanto andamos sempre salvaguardados em relação às questões legais e tem sido esse o critério. Não me recordo, pelo menos nos últimos tempos de ter havido qualquer concurso público nesta matéria."-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, DESIGNAR COMO FISCAL ÚNICO DA EAMB – ESPOSENDE AMBIENTE, EM A SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS – JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, INSCRITA COM O Nº 148 NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS E NA CMVM COM O Nº 20161459, REPRESENTADA POR MARIA MANUELA ALVES MALHEIRO.-----



Votaram a favor 15 membros do Grupo Político PSD, 1 membro do Grupo Político do CDS-PP, 1 membro do Grupo Político da CDU, 5 membros do Grupo Político do PS, e os Presidentes de Junta das Freguesias de Vila Chã e Forjães, num total de 24. Abstiveram-se 4 membros do Grupo Político Juntos Pela Nossa Terra.-----

Os Secretários da Mesa não participaram na discussão e votação do assunto, por se encontrarem legalmente impedidos.-----

02.29 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, E.M. PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESÍDUOS URBANOS E LIMPEZA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE PARA O ANO DE 2018, NOS TERMOS DO Nº 5 DO ARTIGO 47º DA LEI 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 07 de dezembro de 2017, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal aprove, nos termos do disposto na Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, o Contrato Programa entre o Município de Esposende e a EAmb - Esposende Ambiente, EM para a prestação de serviços de resíduos urbanos e limpeza pública no Município de Esposende. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o mesmo deu uma breve explicação do assunto.-----

Intervio de seguida o Sr. Deputado Municipal Tito Evangelista, do Grupo Político do PS, solicitando o esclarecimento que se transcreve:

“Estes contratos-programa são uma rotina, propunha à Câmara fazer um estudo, começar do zero e ver da vantagem de transferir ou não para a Esposende Ambiente estes serviços, ver qual seria o custo, ou o benefício para a Câmara, passar a desempenhar essas funções, ou até dar esses serviços a empresas externas. Em termos de serviços de limpeza urbana, há coisas que funcionam muito mal. Há uma rotina e quase um vício que se vem repetindo ao longo dos anos.”-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu nos seguintes termos:

“Existe efetivamente um estudo nesse sentido, que foi feito por uma empresa privada e que lhe poderá ser facultada se assim entender. Eu estou plenamente convicto que a melhor forma de desenvolver estas tarefas, é claramente através da Esposende Ambiente.”-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO EM CAUSA, BEM COMO AUTORIZAR A SUA OUTORGA. --
Votaram a favor 15 membros do Grupo Político PSD, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Forjães, Vila Chã, Gemeses e da União de Freguesias de Apúlia e Fão, num total de 19.

Abstiveram-se 3 membros do Grupo Político do PS, 1 membro do Grupo Político da CDU, um membro do Grupo Político do CDS e 4 membros do Grupo Político Juntos Pela Nossa Terra, num total de 9.-----

Os Secretários da Mesa não participaram na discussão e votação do assunto, por se encontrarem legalmente impedidos.-----

02.30 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, E.M. PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE TAREFAS DE GESTÃO DE ESPAÇOS VERDES PÚBLICOS, DA GESTÃO DA VERTENTE AMBIENTAL E DE GESTÃO DO SISTEMA ÁGUAS PLUVIAIS NA ÁREA NO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE PARA O ANO DE 2018, NOS TERMOS DO Nº 5 DO ARTIGO 47º DA LEI 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 07 de dezembro de 2017, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal aprove, nos termos do disposto na Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, o Contrato Programa entre o Município de Esposende e a EAmb - Esposende Ambiente, EM para a prestação de serviços de execução de tarefas de gestão de espaços verdes públicos, da gestão da vertente ambiental e de gestão do sistema águas pluviais na área no Município de Esposende. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o mesmo deu uma breve explicação do assunto.-----

Pelo Sr. Deputado Municipal Tito Evangelista, do Grupo Político do PS, foi dito que deixava o mesmo conselho que deixou no ponto anterior.

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO EM CAUSA, BEM COMO AUTORIZAR A SUA OUTORGA. -- Votaram a favor 15 membros do Grupo Político PSD, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Forjães, Vila Chã, Gemeses e da União de Freguesias de Apúlia e Fão, num total de 19. Abstiveram-se 3 membros do Grupo Político do PS, 1 membro do Grupo Político da CDU, um membro do Grupo Político do CDS e 4 membros do Grupo Político Juntos Pela Nossa Terra, num total de 9.-----

Os Secretários da Mesa não participaram na discussão e votação do assunto, por se encontrarem legalmente impedidos.-----

02.31 - INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL DA EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, EM, PARA O ANO DE 2018, PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.-----



De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 07 de dezembro de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, os Instrumentos de Gestão Previsional da EAmb - Esposende Ambiente, EM nos termos do artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. _____

02.32 – RELATÓRIO DE GESTÃO DA EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, EM – 1º SEMESTRE 2017, PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 07 de dezembro de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Relatório de Gestão da EAmb - Esposende Ambiente, EM – 1º Semestre 2017, nos termos do artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. _____

02.33 – DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO DA ESPOSENDE 2000 – ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, EM SOB PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DO Nº 3 DO ARTIGO 26º DA LEI 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 07 de dezembro de 2017, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal designe, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 26º na Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, o Fiscal Único da Esposende 2000, EM. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o mesmo deu uma breve explicação do assunto.-----

Intervio de seguida o Sr. Deputado Municipal Tito Evangelista, do Grupo Político do PS, tendo referido:

“As razões são as mesmas referidas no ponto 02.28.”-----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que os esclarecimentos também eram os mesmos referidos no ponto 02.28.

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, DESIGNAR COMO

FISCAL ÚNICO DA ESPOSENDE 2000 – ACTIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, EM, A SOCIEDADE RSM & ASSOCIADOS, INSCRITA NA LISTA DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS COM O Nº 21 E NO REGISTO DE AUDITORES DA CMVM COM O Nº 20161380, REPRESENTADA POR CARLOS DE JESUS PINTO DE CARVALHO.-----

Votaram a favor 17 membros do Grupo Político PSD, 1 membro do Grupo Político do CDS-PP, 1 membro do Grupo Político da CDU, 5 membros do Grupo Político do PS, e os Presidentes de Junta das Freguesias de Vilã e Forjães, num total de 26. Abstiveram-se 4 membros do Grupo Político Juntos Pela Nossa Terra.-----

02.34 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A ESPOSENDE 2000 – ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, EM PARA O DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS SOCIAIS PARA O ANO DE 2018, NOS TERMOS DO Nº 5 DO ARTIGO 47º DA LEI 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 07 de dezembro de 2017, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal aprove, nos termos do disposto no nº 5 do artigo 47º da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, o Contrato - Programa entre o Município de Esposende e a Esposende 2000, EM para o desenvolvimento dos projetos sociais para o ano de 2018. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o mesmo deu uma breve explicação do assunto.-----

Intervio de seguida o Sr. Deputado Municipal Tito Evangelista, do Grupo Político do PS, tendo referido:

“As minhas questões têm a ver com uma questão de razoabilidade e de justiça social, a Câmara faz passeios para idosos e eu não acho bem isso, toda a gente vai de “borla”? Seja rico, seja pobre. Eu até sou católico praticante, mas acho que até é quase uma ofensa à Senhora de Fátima irem para lá todos os anos, não há mais sítios para visitar? Este tipo de “tiques” que as Câmaras praticam até podem render votos, mas fica mal e nós estamos a quarenta e tal anos do 25 de abril e num país Nórdico não se vê disto. O que tenho a apontar é isso, este tipo de atividades e acho que, deve haver alguma parcimónia em certos tipos de gastos e a justiça não é dar de borla a todos.

Justiça social é dar a quem precisa, aos que não precisam não deve dar. Tem a ver com uma mudança de paradigma que eu acho que é necessário fazer.”-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu nos seguintes termos:

“De forma muito sucinta, é importante que se perceba até porque nós temos contas consolidadas e o grupo municipal, as empresas municipais são cem por cento capital da Câmara, até parece que estamos a falar aqui da empresa do lado. Quando falamos de uma empresa municipal exercer um conjunto de competências que são da Câmara ou que a



Câmara delega na empresa municipal, estamos sempre a falar da Câmara Municipal, de repente parece que estamos a falar de outra empresa qualquer, é cem por cento capital da Câmara, se é feito por um lado ou por outro tem a ver com agilidade na gestão, tão simples quanto isso.

Quanto à ida a Fátima, já pensamos ir a outros sítios, até já fizemos questionários junto dos idosos, aliás das nossas atividades fazemos sempre, mas os idosos não querem de todo fazê-lo, eles querem mesmo ir lá, para muitos deles é a única oportunidade que têm. Já agora deixe-me dizer-lhe uma coisa em relação a esta iniciativa, tem já mais de vinte anos.

O maior ganho de tudo isto é a envolvência das pessoas, o trazer as pessoas para fora de casa. Nós desenvolvemos um projeto que é o "Dar vida aos anos" que tem tido imensa adesão, reduzir isso a uma mera equação financeira, eu não o vou fazer e pode votar contra. Nós temos mais de dois mil idosos a ir a Fátima neste momento, tal como à Malafaia, de mil e duzentas pessoas passou para duas mil neste momento, isso traduz-se em despesa, mas eu não posso retirar isso aos idosos.

Naturalmente que algumas pessoas que vão até terão rendimento para isso, mas acredite que mais de oitenta por cento das pessoas que participam vivem com muitas dificuldades, para além da componente social propriamente dita, tirá-los de casa, o convívio entre eles, etc. Eu acho que há medidas de carácter universal que não devem ser alteradas."

O Sr. Deputado Municipal Tito Evangelista, do Grupo Político do PS, voltou a intervir, referindo:

"Quando eu disse ir a Fátima, eu não sou contra ir a Fátima, nem contra os passeios dos idosos, o que eu acho é que fica mal à Câmara ir lá há mais de vinte anos e isso não pode ser feito por questionário, se a Câmara dá, oferece aquilo que quer, não é o que as pessoas querem. Pode ter soluções mais interessantes, mais baratas e socialmente mais justas.

E não estou contra a Esposende 2000, o objeto da Esposende 2000 não pode é ser adulterado e era isso que estava em causa.

Quando falo em justiça social tem a ver com uma questão ética, porque quem acha que não tem necessidade nem sequer devia participar, começa por aí. O que eu acho é que em termos futuros o Senhor Presidente da Câmara tem que ser parcimonioso nesse tipo de gestão.

O próprio município devia ter serviços para apoiar estas pessoas, não é a levá-los uma vez por ano a Fátima que os tira da solidão, isso é uma gota de água num oceano. Mas, quando tivermos uma ordem de trabalhos mais curta falaremos melhor sobre estes assuntos.

Esse tipo de iniciativas rotineiras, repetitivas deve ser repensado. A Esposende 2000 tem uma função primordial, mas não deve ser usada para contornar certas atividades e deve ser usada para fins realmente sociais."

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu nos seguintes termos:

"Só para dizer que penso de maneira radicalmente diferente, mas não vamos discutir isso agora. Em relação à ordem de trabalhos é preciso que se perceba que todos estes assuntos eram importantes vir a esta Assembleia Municipal, não fizemos isto propositadamente, era o que faltava."

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, NOS

TERMOS DO DISPOSTO NA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO EM CAUSA, BEM COMO AUTORIZAR A SUA OUTORGA. --
Votaram a favor 17 membros do Grupo Político PSD, 1 membro do Grupo Político do CDS-PP, 5 membros do Grupo Político do PS e os Presidentes de Junta das Freguesias de Vilã e Forjães, num total de 25. Abstiveram-se os membros do Grupo Político Juntos Pelas Nossa Terra e o membro do Grupo Político da CDU, num total de 5. -----

02.35 – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA ESPOSENDE 2000 – ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, EM – 1º SEMESTRE 2017, PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 19 de outubro de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Relatório de Execução Orçamental da Esposende 2000 – Atividades Desportivas e Recreativas, EM – 1º Semestre 2017, nos termos do artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.36 – INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL DA ESPOSENDE 2000 – ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, EM PARA O ANO DE 2018, PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 07 de dezembro de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, Instrumentos de Gestão Previsional da Esposende 2000 – Atividades Desportivas e Recreativas, EM para o ano de 2018, nos termos do artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

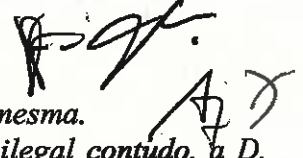
03 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se verificado a inscrição da Senhora Natália Cardoso, que em síntese disse:

“Boa noite Senhor Presidente,

Estou aqui para falar de um edifício ilegal e este tema custa-me muito porque vejo a minha família ser prejudicada e desgastada, porque nos sentimos impotentes e altamente prejudicados em relação a toda esta situação. Aquilo não é uma esplanada, é um edifício construído em espaço público que tem água, tem gás, eletricidade e aquecimento.

De 2014 a 2017, três anos decorridos a Câmara nada fez, na altura em que a D. Elsa construiu esse edifício, o então Vereador Maranhão Peixoto disse ao meu pai Valdemiro Cardoso, do café “Medusa” e ao proprietário do café “Conchinha”, que a construção de



esplanadas semelhantes aquela não seriam viáveis, face à ilegalidade da mesma.

Em maio de 2017 a Câmara agendou uma demolição daquele edifício ilegal contido, a D. Elsa intentou uma providência cautelar para travar a demolição da mesma.

No dia trinta de setembro caducou a providência cautelar por decisão do Tribunal. Posto isto, a Câmara não tem qualquer obstáculo legal, para a remoção desse prédio.

Estranhamente, há poucos dias a D. Elsa terá sido notificada mais uma vez, para no prazo de dez dias úteis proceder à remoção do edifício.

No passado mês, o meu avô, proprietário dos outros restaurantes na praça de Ofir, enviou uma carta para a Câmara dizendo que ia avançar com a construção de dois edifícios semelhantes, tendo sido convidado pelo atual Vereador Sérgio Mano para uma reunião.

Nessa reunião, foi-lhe dito que não poderia construir algo semelhante e que a demolição do edifício “Anaide” estava para breve. O meu avô questionou da brevidade da demolição pelo que não obteve resposta. Breve, para a Câmara pode ser um ano, dois anos, três anos, porque afinal existe uma obra ilegal há três anos e a Câmara nada fez. O atual Vereador Sérgio Mano, frisou que ainda não tinham avançado com a demolição, com medo que a D. Elsa intentasse mais processos, contudo esse receio não é compreensível, pois atualmente não existe nenhum obstáculo legal para a demolição do edifício.

É preciso frisar que mesmo que a D. Elsa coloque mais processos, estes não têm efeito suspensivo a partir do momento em que, a providência cautelar caducou por ordem do tribunal.

Por fim, quero referir que segundo a proprietária, tem grandes entusiastas da sua obra, bem como forte incentivo, chegando mesmo a vangloriar-se perante os seus clientes e fornecedores e agora passo a citar a mesma:

“estou bem segura na Câmara Municipal e a esplanada jamais será removida.”

Apesar de não querer acreditar em tais afirmações, a verdade é que são evidentes as conexões por ela expostas na providência cautelar intentada.

Nesta providência descreve-se a atuação do então Vereador Maranhão Peixoto, o advogado subscritor do processo que é o irmão do então Vereador Rui Pereira e a testemunha por si arrolada que é o agora Vereador Sérgio Mano e por isto não é de estranhar que mais obras de ampliação sem tenham iniciado, inclusive na semana passada.

E por isso, a nossa paciência e a fé das boas intenções da Câmara não nos convencem. Face a isto, quero perguntar ao Senhor Presidente porque é que pelo menos, pelo menos, desde o dia quatro de outubro deste ano, não procedeu à demolição daquela esplanada, uma vez que não existe qualquer impedimento legal? Obrigada e boa noite!”

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que agradeceu as questões colocadas pelo público, tendo respondido, nos seguintes termos:

“Este assunto como eu já disse, tem sido recorrente aqui na Assembleia Municipal e também na Câmara Municipal já muito se falou dele. A verdade é que, eu não vou falar do passado, acho que já foi aqui muito falado em relação a tudo o que aconteceu desde 2014, ou 2015, mas não vou falar sobre isso, nem sobre a alteração da legislação, sobre tudo o que aconteceu e que levou a que eles fizessem uma comunicação prévia que não teve resposta em tempo útil e fez com que eles ficassem com aquele edifício e nós ficassemos impedidos de proceder à demolição.

Eles tiveram que renovar a licença ao final de um ano e nós estivemos atentos e impedimos

que eles legalizassem a situação e a partir daí é que podemos agendar e dar ordem de demolição. Fizemo-lo e eles interpuseram a providência cautelar, eu nunca pensei sinceramente que um juiz pudesse ter o comportamento que teve connosco, porque nós agendamos a remoção para o dia seis de julho, se não estou em erro, com uma empresa de remoção, tudo contratado, tudo pronto e fui notificado pelo juiz, porque se o fizesse eu próprio incorreria num crime de desobediência perante o próprio tribunal e ficamos impedidos de o fazer.

Entretanto também entramos num processo eleitoral o que obviamente também não ajudou a que se resolvesse tudo isto, mas posso dizer-lhe que a última tramitação que existiu para com esses senhores é de obrigatoriedade legal, nós temos sempre que fazer isto, comunicar a dar um prazo para ele tirar e a verdade é que o prazo termina penso que no dia 26 ou 27 e termos de dias úteis, e nós pretendemos ir lá levantar a esplanada no dia a seguir, é isso que está preparado.

Infelizmente, eu gostava muito que este assunto pudesse ser resolvido, como devem imaginar, aliás eu não vou relevar as relações que fez aí porque, não é assim, eu compreendo que faça essa leitura, mas isso não tem qualquer relevância, ninguém manda na Câmara que não seja as circunstâncias legais.

Isso, vale o que vale, eles podem dizer o que entenderem, eu falei com o marido dessa senhora uma vez, disse-lhe que tinha que remover aquilo, ele disse sim senhor eu vou remover e dali a um dia tinha uma providência cautelar, isso é que é a verdade e posso dizer à frente dele quantas vezes fizer falta.

Ele veio falar comigo numa atitude de ver se havia qualquer hipótese de retorno em relação a esta matéria, para que ficasse até final do verão, eu disse que não podia fazer isso, que ele já tinha prejudicado demasiado aquelas pessoas que estavam ali à volta e que ia avançar com a remoção e ele imediatamente foi à procura de um advogado e meteu a providência cautelar.

O que eu lhe digo é que recebi de forma completamente inaceitável, que alguém possa estar a ocupar um espaço público de forma ilegal e não haja um juiz que dê autoridade ao município para chegar lá e remover aquilo, tão simples quanto isto. Mas, quero crer que neste momento temos todas as condições para fazer isso.

Nós não podemos cometer erros legais, porque se o fizermos, ele imediatamente no dia em que eu for lá para levantar aquilo, se eu não tiver feito toda a tramitação legal, ele não me deixa levantar nada, porque terá lá um advogado qualquer, com uma providência a dizer que não respeitamos o direito da pessoa.

Portanto, tudo o que está a ser feito, esqueça a ideia de que há qualquer conivência por parte da Câmara com as pessoas em questão, porque não as conheço de lado nenhum, não tenho nada nem contra nem a favor, a não ser o incumprimento legal que estão a fazer.

Temos projetos interessantes para aquela zona, peço-lhes que sejam resilientes e aguardem mais algum tempo, porque com certeza ainda irão ser beneficiados com isso."-----

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo APROVADA por UNANIMIDADE para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas.-----

---Sendo 03 horas e 45 minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão.-----

O Presidente da Assembleia,

João Antônio Vilela de Sá

O Primeiro Secretário,

Paulo Fernando Mota Lopes

O Segundo Secretário,

João Carlos de Sá